

Aprovada na 1029ª sessão

ALADI/CR/Ata 1026
3 de dezembro de 2008
Horário: 10h às 12h40

ATA DA 1026ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 - Incorporação do senhor Embaixador Kie Cheon Lee, Representante da República da Coreia, e do senhor Embaixador Juan José Barrios Taracena, Representante da República da Guatemala, países Observadores.
 - Despedida do senhor Ministro-Conselheiro Javier Jiménez Pinaya, Representante Alternado da Bolívia.
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração da ata correspondente à 1025ª sessão.
4. Tratamento dos projetos de Resolução elevados pelo Grupo de Alternos:
 - Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/dt 213/Rev. 2)
 - Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/dt 214/Rev. 3)
5. Metodologia de trabalho com vistas à Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros.
6. Lineamentos sobre ações concretas a serem incluídas no Programa de Atividades (ALADI/CR/dt 495).

7. Orçamento por Programas:

- Sistema de ajuste das remunerações por custo de vida do país sede (ALADI/SEC/Proposta 289).
- Inclusão de adicionais na proposta de orçamento para o ano 2009 (Documento Informal 912/Rev. 1).

8. Contratação de consultores. (Postergado)

- Nota 3430, da República Bolivariana da Venezuela.
- Relatório da Secretaria-Geral.

9. Assuntos diversos. (Postergado)

Preside:

JUAN CARLOS OLIMA

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Plaza (Argentina); Benjamín Blanco Ferri e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia); Regis Percy Arslanian, Otávio Brandelli, Ivana Marília Gurgel, José Gilberto Scandiucci e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil); Eduardo Araya Alemparte, Camilo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile); Catalina Haydar (Colômbia); Marielena Ruíz Capote e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo, Ivonne Flores Espinoza e Gustavo Ayala Cruz (Equador); Cassio Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez, Ricardo Scavone, Octavio Ferreira Gini e Roberto Pauly (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre, Ricardo B. Romero Magni e Jéssica Pásara Caycho (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena, Linda Rabbaglietti, Raquel Rodríguez Sanguinetti e Lujan Barceló (Uruguai); Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela); Kie Cheon Lee (Coréia); Juan José Barrios Taracena (Guatemala); Michel Coquoz (Suíça).

Secretário-Geral: Bernardino Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretários: Ricardo Hartstein e Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Bom dia a todos. Iniciamos a 1026ª sessão. O primeiro ponto é a aprovação da Ordem do Dia.

1. Aprovação da Ordem do Dia

... Está à consideração a Ordem do Dia.

Não havendo observações, dá-se por aprovada.

- Incorporação do senhor Embaixador Kie Cheon Lee, Representante da República da Coreia, e do senhor Embaixador Juan José Barrios Taracena, Representante da República da Guatemala, países Observadores

O primeiro ponto da Ordem do Dia é a incorporação do senhor Embaixador Kie Cheon Lee, Representante da República da Coreia como país observador.

Recordamos que a República da Coreia foi aceita como país observador pelo Acordo 247, de 16 de junho de 2004.

Além da honra e da satisfação de incorporar a Coreia como um País Observador, penso que é a primeira vez que incorporamos alguém que é graduado como especialista em literatura e direito.

Embaixador, nossas mais cordiais boas-vindas. Ofereço a palavra.

Embaixada da CORÉIA (Kie Cheon Lee). Obrigado, senhor Presidente. Não posso falar muito bem em espanhol, portanto falarei em inglês.

Mr. President, Mr. Ambassadors, and dear colleagues;

It is a great pleasure for me to be present at this very important Committee and I wish to thank, Mr. President, for your kind words to me.

I've been posted here five months ago and I feel very comfortable because I can see lot of delegations of different countries because I asked them ... my career doing this global and reasonable issues. I think that ALADI was created to promote the different regions of Latin America before purpose of establishing a common market and ALADI has performed its role to ... to a letter of Montevideo Treaty. Korea has been observer of ALADI since 2004 and I think that my Government adheres to cooperate with ALADI in the future. ... Korea and members of ALADI have maintained very close relations for a long period of time.

Politically, Korea and members of ALADI have cooperated at international forum including the United Nations and we have brought together to contribute to serving common issues like ..., climate change, trade, ... fines, and ..., and so on. Economically, Korea and members of the ALADI also have maintained very substantial relations. The trade and investments between Korea and members of the ALADI has increased in recent years and given the potentiality and complementarity. Our relations will be deepened in the future. I will reaffirm the continued cooperation between Korean Embassy and ALADI. Thanks.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador. Com este simples ato, o senhor Representante da República da Coreia fica incorporado formalmente em caráter de observador. Muito obrigado.

A seguir, temos o privilégio de incorporar, também na qualidade de Observador, o senhor Representante da República da Guatemala, Embaixador Juan José Barrios Taracena.

Recordamos que a República da Guatemala é uma antiga assistente da ALADI, já que foi aceita como país observador pelo Acordo 31, de 12 de agosto de 1984.

O novo Representante da Guatemala, a quem damos as mais calorosas boas-vindas, é um diplomata de carreira, egresso da “Universidad Rafael Andivar”, da Guatemala, com Mestrado em Ciências Políticas, e também da “Universidad de San Carlos”, da Guatemala em Licenciatura em Ciências Jurídicas e Sociais.

Damos as mais cordiais boas-vindas e agradecemos por sua presença. Embaixador, oferecemos a palavra.

Embaixada da GUATEMALA (Juan José Barrios Taracena). Senhor Secretário-Geral, senhor Presidente e Embaixadores membros do Comitê Permanente, permitam-me cumprimentar-lhes cordialmente em nome do Presidente da República, Álvaro Colom, e do Ministro das Relações Exteriores, Haroldo Rodas, ambos com uma ampla trajetória integracionista.

Em recentes declarações aos meios de comunicação, o Presidente de Guatemala expressou que já é tempo de que a Guatemala deixe de olhar somente para o norte, devendo orientar seus olhos para o sul, em uma alusão exata ao que deve ser a integração da América Latina.

A Guatemala, com a transição para a democracia e com a assinatura dos acordos de paz, ganhou amplos espaços no âmbito internacional. Precisamente, dentro dos lineamentos estratégicos de política exterior do atual governo, pretende-se melhorar a imagem da Guatemala no exterior, bem como aumentar a sua presença no mundo. Então, desde já, por favor, quero colocar-me à sua disposição. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Desta maneira, fica incorporado também o Embaixador como Representante da Guatemala junto a este Comitê.

O Secretário-Geral quer fazer uso da palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Como é de praxe, a Secretaria-Geral também intervém nas sessões para cumprimentar pela presença dos novos Embaixadores Observadores, já que seus países, há tempos, participam na ALADI, de maneira muito próxima, nesta tarefa de nos acompanhar, a partir de sua posição de observação.

Nos dois casos, senhor Presidente, senhores Representantes, sabe-se que a contribuição dada por ambos os países, com sua presença como Observadores, é muito valorizada pela ALADI.

Em seu caso, senhor Embaixador da Coréia, a cooperação permanente dada por seu país é muito apreciada, e temos certeza de que, com o senhor, poderemos estabelecer um programa de cooperação que redundará em benefício mútuo, não somente para um maior conhecimento do que seu país faz na ALADI -longe de sua região- mas estando presente em mais de uma oportunidade, generosamente, contribuindo com a Associação.

No caso do Representante da Guatemala, como o senhor Embaixador sabe, tive a oportunidade de conversar com seu Chanceler durante a reunião de Zacatecas, e ele manifestou o desejo que o senhor acaba de expressar, qual seja, de aproximar a Guatemala ainda mais da ALADI. Também me disse que estarão aguardando as mudanças futuras nas Secretarias-Gerais de SIECA e SICA para a Guatemala impulsionar uma maior aproximação com a ALADI; então seja bem-vindo, Embaixador, e temos certeza de que poderemos estabelecer um programa de trabalho muito bom para todos nós. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Convido os senhores Embaixadores para uma fotografia recordativa deste dia. Obrigado.

- Registra-se a fotografia.

- Despedida do senhor Ministro-Conselheiro Javier Jiménez Pinaya, Representante Alternativo da Bolívia

PRESIDENTE. A seguir, despedir-nos-emos do Representante Alternativo da Bolívia, Ministro-Conselheiro Javier Jiménez Pinaya, que, depois de haver trabalhado nesta Associação durante um longo período, com resultados que demonstram sempre sua vontade de cooperação e trabalho em conjunto, foi convocado para cumprir outras tarefas. Oferecemos a palavra ao Ministro-Conselheiro Javier Jiménez Pinaya.

Representação da BOLÍVIA (Javier Jiménez Pinaya). Muito obrigado, senhor Presidente. Distintos Embaixadores, Representantes Permanentes, senhor Secretário-Geral, senhores Representantes Alternos junto à ALADI, senhores Subsecretários, senhores Representantes Observadores, e todos os amigos aqui presentes.

Este ato adquire especial importância para aqueles que, como eu, tiveram a grata experiência de haver podido contribuir, em nossos anos de trabalho na Chancelaria boliviana, com os diferentes processos de integração dos quais a Bolívia participa, especialmente a própria ALADI, com o Tratado de Montevideo 1980, além do Pacto Andino –hoje em dia a Comunidade Andina de Nações - do qual também faz parte como membro pleno, e a partir desta circunstância trabalhar com o esforço necessário na apresentação de propostas para uma positiva e efetiva participação de meu país.

Hoje devo despedir-me do Comitê de Representantes, e desejo, então, agradecer às autoridades de meu país pelo apoio no desempenho destas funções à procura da construção deste espaço de integração regional.

Senhor Presidente, no Comitê participei no desenvolvimento dos trabalhos encomendados na Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALADI, de outubro de 2004, especialmente sobre as bases de um programa para a conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio, mas, especialmente, a respeito da Resolução 61 (XIII) sobre a participação dos países de menor desenvolvimento econômico relativo neste processo de integração regional.

Conseqüentemente, também participei dos trabalhos preparatórios da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALADI, que, como todos sabem, foi realizada no mês de março deste ano. Então, colaborei e fiz parte dos diferentes Grupos de Trabalho, nas diferentes normas e disciplinas da ALADI, nas diferentes reuniões do Grupo de Representantes Alternos e no próprio seio deste honorável Comitê.

No campo comercial, senhor Presidente, por mais que o Tratado de Montevideu 1980 permita -porque assim, nós, os próprios parceiros, membros-pletos quisemos- a concertação de acordos de alcance parcial, para a Bolívia é fundamental que, além das concessões tarifárias que temos no seio dos esquemas regionais e parciais, seja possível adaptar normas regionais destinadas a favorecer um acesso real e efetivo das exportações bolivianas e dos países PMDERs para a região.

Neste sentido, senhor Presidente, permita-me ratificar o pleno compromisso com o processo de integração regional da ALADI, pelo qual tenho um imenso carinho e respeito, e pelo qual certamente continuarei trabalhando.

Finalmente, senhor Presidente, algumas palavras de agradecimento ao Embaixador Marcelo Janko, a todos os colegas da Representação da Bolívia junto à ALADI, e, claro, a minha família, por seu permanente apoio e amizade. Igualmente, um cumprimento especial para os funcionários e amigos da Secretaria-Geral pelo constante apoio brindando frente as minhas permanentes consultas. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Antes de passar à entrega da bandeja recordativa, ofereço a palavra ao senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente.

Ministro, como é natural, vamos sentir sua falta. O senhor trabalhou conosco de uma maneira muito boa, durante todo este tempo, junto ao Embaixador Janko, e efetivamente no período que lhes coube estar à frente da Representação boliviana, foram muitos os acordos, foram muitos os temas, foram muitas as horas que dividimos trabalhando todos juntos pela integração.

Reitero, vamos sentir sua falta, e espero que aqueles que o sucedem exerçam suas funções com o mesmo profissionalismo ao qual estamos acostumados por seu país. Muito obrigado, Ministro.

PRESIDENTE. Obrigado, convido o senhor Ministro-Conselheiro a receber a bandeja recordativa.

- O Secretário-Geral e o Presidente entregam a bandeja de praxe, lembrança de sua atuação como Representante Alterno.

2. Assuntos em Pauta

... O ponto 2 é Assuntos em Pauta. Ofereço a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Como de praxe, temos uma lista importante de Assuntos em Pauta neste período.

Nas pastas dos senhores estão detalhadas as Notas entradas desde a última reunião realizada.

"1. Ministério das Relações Exteriores e Cultos da Bolívia. Nota N° VECE 6536, de 25/11/2008.

Comunica que o Embaixador Pablo Guzmán Laugier foi designado como Representante Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração.

2. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 273, de 28/11/2008.

Comunica o cese de funções da senhora Ivana Marília Gurgel, que partirá definitivamente em 16/01/2009.

3. Representação Permanente do Equador. Nota N° 77, de 01/12/2008.

Comunica a designação do senhor Gustavo Xavier Ayala Cruz como Representante Alternativo, substituindo a senhora Ivonne Flores Espinoza.

4. Embaixada da Espanha. Nota N° 202, de 17/11/2008.

Comunica a designação da senhora María Eugenia Menéndez como Observadora, Representante Permanente Adjunta, por razão do término da missão da senhora Teresa Daurella de Nadal.

5. Embaixada da Guatemala. Nota N° 256/08 S.71, de 19/11/2008.

Comunica a designação do senhor Embaixador Juan José Barrios Taracena como Observador.

6. Representação da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota N° EM-SUR N° 141/08, de 20/11/2008.

Transmite o respaldo da República Argentina para o ingresso da República do Panamá como país-membro da Associação Latino-Americana de Integração.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2812.1.

7. Representação do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 072/08, de 24/11/2008.

Informa que o Governo chileno apóia plenamente a adesão da República do Panamá ao Tratado de Montevideu 1980.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2812.3.

8. Representação Permanente da Colômbia. Nota N° MPC.122, de 26/11/2008.

Comunica que o Governo da República da Colômbia vê com agrado e apóia a solicitação da República do Panamá para aderir ao Tratado de Montevideu 1980.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2812.4.

9. Representação Permanente de Cuba. Nota N° R/S-46, de 18/11/2008.

Comunica que o Governo cubano considera que a adesão da República do Panamá à ALADI ratifica a vigência do Tratado de Montevideu 1980.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2812.2.

10. Representação da Argentina para o MERCOSUL e a ALADI. Nota EMSUR SG N° 145/08, de 27/11/2008.

Representação do Chile junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 074/18, de 27/11/2008.

Enviam comentários sobre os cargos da Categoria Internacional da Secretaria-Geral.

11. Representação Permanente da Colômbia. Nota N° MPC.116, de 16/11/2008.

Comunica que, por Decretos 3275, 3800 e 4225, de 2, 29/09/2008 e 6/11/2008 respectivamente, colocam-se em vigência as preferências tarifárias negociadas no Anexo I do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 49.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2821.

12. Representação Permanente de Cuba. Nota N° 38/08, de 21/11/2008.

Incorporação ao ordenamento jurídico de Cuba do Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 49

Publicado como documento ALADI/CR/di 2690.1

13. Representação Permanente do México. Nota N° 093/08, de 24/11/2008.

Envia cópia da nota da empresa CRS IT CONSULTING, recebida por essa Representação, referente ao processo de licitação do Projeto Piloto COD.

14. Representação Permanente do México. Nota N° 092/08, de 24/11/2008.

Refere-se à possibilidade de aceitação, por parte do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, dos instrumentos utilizados pelos sistemas de garantias comerciais vigentes.

15. Representação da República Bolivariana da Venezuela. Nota II.2.U3.E1-REP, de 07/11/2008.

Comentários ao documento "Relatório de Avaliação dos Consultores Contratados período janeiro-julho 2008" (ALADI/SEC/di 2184).

16. Embaixada da República de San Marino. Nota de 30/11/2008.

Solicita ao Secretário-Geral ter conhecimento sobre a solicitação de admissão da República de San Marino como Observador junto à ALADI.

17. Banco Central do Equador. Nota N° SE-6528-2008, de 17/11/2008.

Nota dirigida ao Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos) sobre o Contrato de Financiamento assinado entre FINAME e Hidropastaza S.A., mediante o qual foi pactuado o crédito para a construção da Central Hidrelétrica "San Francisco".

18. Associação Regional de Empresas de Petróleo e Gás Natural na América Latina e no Caribe (ARPEL). Nota de 27/11/2009.

Manifesta acordo para o desenvolvimento do Projeto "Relatório Energético Setorial da América Latina e do Caribe, assinado em 10/09/2008.

19. Comissão de Integração Energética Regional (CIER). Nota N° E-655/2008, de 19/11/2008.

Manifesta agrado pela vontade da OEA de integrar-se ao Acordo de Cooperação Conjunta com organismos indicados, como também de estar disposta a participar da reunião do Comitê de Direção.

20. Contribuições recebidas ao orçamento da Associação:

Bolívia. Transferência bancária na quantia de US\$ 140.000.-

Peru. N° 7-5-Z, de 18/11/2008. Comunica publicação, em 17/11/2008, no Diário Oficial "El Peruano", da Resolução Suprema N° 287-2008-RE, que autoriza o pagamento de US\$ 122.672.- correspondentes ao pagamento parcial da quota do 2006. A transferência aprovada pelo mencionado dispositivo legal será efetuada quanto antes.

21. Convites recebidos:

World Association of Investment Promotion Agencies - WAIPA. Nota de 20/11/2008. Convida o Secretário-Geral para participar do "Foreign Direct Investment: New Scenario and Challenges" (Brasil, 3-5/12/2008).

Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 270, de 26/11/2008. Transmite ao Secretário-Geral o convite para que assista, como Observador, à "Reunião de Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento", que terá lugar na Costa do Sauípe, Bahia, durante os dias 16-17/12/2008.

Delegação Permanente de Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 272, de 28/11/2008. Transmite ao Secretário-Geral convite feito pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para que o Secretário-Geral participe da "XXXVI Cúpula de Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL", a ser realizada na Costa do Sauípe, Bahia, em 16/12/2008.

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO). Convida o Secretário-Geral para participar do Seminário Internacional "A crise financeira global: Impactos na reforma das Nações Unidas e na Cooperação para o Desenvolvimento", organizado pelo Governo de Cuba, FLACSO e Fundación Carolina, La Havana, Cuba, 13 e 14/02/2009.

22. Relatório elaborado com base nos estudos realizados para a criação do ELC da ALADI no âmbito da Cooperação Técnica ATN/SF-97749-RG – Visão analítica dos Estudos, comentários e contribuições complementares (ALADI/SEC/Estudo 196).

23. Seguimento dos avanços das principais negociações internacionais (ALADI/ SEC/di 2192).

24. Memorando de entendimento entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração -ALADI- e o Instituto de Integração Latino-Americana da "Universidad Nacional de la Plata" (ALADI/SEC/di 2193).

25. Memorando de entendimento entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração -ALADI- e o Instituto de Relações Internacionais da "Universidad Nacional de la Plata" (ALADI/SEC/di 2194)."

...Farei referência, como de praxe, a alguns dos temas em pauta.

Em primeiro lugar, gostaria de mencionar as Notas recebidas do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, David Choquehuanca, pelas quais confirma a designação do Embaixador Pablo Guzmán como Representante Permanente e a Nota de cese do Embaixador Janko, que hoje estaremos concretizando.

A esse respeito, gostaria de mencionar que, em conversas informais, como os senhores se lembram, haviam-me sugerido estabelecer contato com a Chancelaria boliviana para realizar uma visita à Bolívia, da mesma maneira que fiz a outros países da

Organização, por convite, em cada caso, de cada um dos países aqui representados. Em cumprimento disso, contatei o Embaixador Guzmán, que teve a gentileza de visitar-me na sexta-feira passada, quando estava em Montevideu para a assinatura, com Cuba, do Acordo de Complementação Econômica nº 47, e tivemos uma longa reunião com o Embaixador Pablo Guzmán, ficando combinada a viagem do Secretário-Geral a La Paz. Também conversamos, especialmente, sobre a preocupação que nós temos de a Bolívia assumir a Presidência do Comitê de Representantes.

Observei, do Embaixador Guzmán, a mais ampla postura e vontade de trabalhar de perto, como corresponde, com o Comitê, e ele julgou muito oportuno com o Chanceler Choquehuanca, e o mesmo poderia acontecer eventualmente logo, depende de eles marcarem a data.

Outro tema que gostaria de destacar é uma série de notas recebidas, que constam na lista que os senhores têm em seu poder, de apoio ao pedido do Panamá de adesão plena à ALADI, e, como os senhores sabem, o Comitê convocou uma reunião do Grupo para a sexta, iniciando, dessa maneira, o processo de incorporação do Panamá.

A Secretaria-Geral, como é natural, prestará ao Coordenador do Grupo toda a colaboração que for precisa, havendo já designado funcionários que estarão a sua disposição, mas o senhor tem, Embaixador Luiselli, toda a liberdade de solicitar o apoio que necessitar para poder levar adiante esta importante tarefa.

Outro tema que gostaria de destacar: a Embaixada de San Marino dirigiu-se novamente à ALADI, pedindo a consideração de seu ingresso como Observador, algo que faz um tempo está pendente neste Comitê, sendo que, em determinado momento, foi solicitada uma informação que já foi distribuída a todas as missões. Oportunamente, Presidente, colocaríamos o tema na Ordem do Dia para que pudesse ser considerado, ou se há outro procedimento mais fácil, mas penso que já foram preenchidos todos os requisitos. San Marino, país-membro das Nações Unidas, com representação oficial neste país, Embaixada credenciada, está solicitando o ingresso, mas isso os senhores sabem melhor do que eu porque é de data anterior ao meu ingresso na ALADI com os senhores.

Outra Nota que quero destacar é a da República da Venezuela, com comentários sobre a avaliação de consultores contratados, que está incluída na Ordem do Dia e será tratada mais adiante.

Por outro lado, senhores Representantes, quero manifestar-me sobre certas questões. A primeira delas se refere à Nota Conjunta apresentada pelas Representações da Argentina e do Chile, de 27 do novembro passado, a respeito, em sua primeira parte, da decisão assumida por esta Secretaria-Geral sobre a não-renovação do contrato de alguns funcionários da categoria internacional e, em sua segunda parte, refere-se à reconsideração do número de lugares da mencionada categoria para cumprir com a necessária representatividade e equilíbrio geográfico que devem ser observados por este Organismo.

Neste momento, solicito à assistente de Sala que distribua a resposta que fiz chegar, ontem, às Representações do Chile e da Argentina, e me permitirei fazer alguns comentários sobre a mesma.

Senhoras e senhores Representantes, sinto-me na obrigação de mencionar ao Comitê que a não-renovação dos contratos de alguns funcionários da categoria internacional foi disposta por esta Secretaria em aplicação das funções e atribuições estabelecidas no Artigo

38, letra n) do Tratado de Montevideu 1980, atribuições estas que - penso não existirem dúvidas- são de minha responsabilidade. Ainda assim, antes de tomar esta decisão, tive presentes as opiniões de diversas autoridades dos países-membros que visitei durante a campanha para ser eleito Secretário-Geral e depois, já como Secretário-Geral em função, recebi reiteradas indicações de desejo das capitais de renovar a planta internacional, e sobre isso, oportunamente, informei as Representações. Isto não é uma questão nova, é uma questão que, em repetidas oportunidades, comentei de forma conjunta, de forma geral e particular com mais de uma Representação.

Outrossim, antes da decisão, atendemos vários pedidos de prorrogação -que me custaram, em alguns casos, certo incômodo e questionamento de algum ou outro Embaixador- em considerações tanto de questões institucionais quanto pessoais dos funcionários em questão.

Dito isso, o Secretário-Geral, eu, ratifico as decisões adotadas, e anuncio que, como corresponde, seguir-se-ão as medidas correspondentes, com edital para concurso para preencher as vagas dos cargos que ficarão vacantes.

Por outro lado, no que diz respeito à segunda parte das Notas sobre a necessidade de doze funcionários internacionais, sem contabilizar os dois Subsecretários, como é a norma atual, esta Secretaria coincide com tudo o que foi manifestado na Nota de referência, e é por isso, justamente, que assim o apresentamos para a Comissão do Orçamento.

A seguir, senhor Presidente, desejo referir-me aos convites que recebi do Governo do Brasil, para assistir à Cúpula do MERCOSUL e à primeira e importantíssima Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento.

Como é normal, senhor Presidente, senhores e senhoras Representantes, este Secretário iria, sem nenhum problema, a estas Cúpulas, mas na última Reunião da Comissão de Orçamento foi levantado o tema de que a Secretaria deveria solicitar permissão ao Comitê antes de fazer estas viagens. Certamente isto se deve a existirem muitas viagens, e efetivamente existem, e alguém poderá pensar que estamos viajando demais. Porém, quero transmitir aos senhores que, desde que assumi, recebemos 87 convites e fomos a 17, inclusive a duas Cúpulas este Secretário-Geral não foi por considerar, desde o início de minha gestão, que os Subsecretários também deveriam participar em nome da ALADI e, desse modo, na Cúpula do Peru esteve presente a Subsecretária Dora Rodríguez, e na Cúpula realizada em El Salvador, esteve presente o Subsecretário Ricardo Hartstein.

Esta situação, senhor Embaixador do Brasil, coloca-me em um dilema, já que eu compreendo e entendo que é minha atribuição aceitar os convites como corresponde e participar de ambas as reuniões, porque são muito importantes. Na última reunião do MERCOSUL, realizada em Tucumán, em seu país, senhor Presidente, inclusive a Secretaria-Geral da ALADI foi convidada, coisa que não era habitual, a participar e intervir, e assim o fizemos, e na recente Reunião de Zacatecas do Grupo do Rio também fomos convidados a intervir e quero manifestar aos senhores que a resposta recebida pela intervenção da ALADI foi muito importante, eu diria que foi a mais destacada entre as intervenções dos demais organismos convidados.

Não estou aqui elogiando a ALADI, mas sim transmitindo o que nós sentimos, tanto os organizadores da reunião como outros países que estiveram presentes.

Então, Embaixador, estou frente a um dilema: na Comissão de Orçamento levantou-se a questão, e nenhuma Representação se manifestou em contrário, então trago este tema ao Comitê para que os senhores resolvam. Se os senhores entendem que o Secretário-Geral deve solicitar permissão ao Comitê para viajar, assim será feito, se os senhores entendem que eu não tenho faculdades, então assim o farei.

No entanto, quero dizer-lhes que, na manhã de hoje, eu recebi uma convocatória de meu Governo, o Chanceler solicita minha presença, e indago justamente para poder saber. Também queria manifestar aos senhores que, durante a Reunião de Biodiesel, realizada em São Paulo, tive uma importante conversa com o Chanceler Amorim, na qual o Governo do Brasil, o Chanceler, manifestou sua firme decisão de seguir adiante com a Reunião pendente do Conselho de Ministros; o Brasil se comprometeu, e o Chanceler manifestou sua decisão de assistir à Reunião Extraordinária tão logo o Comitê elabore os documentos.

Isso foi comentado com o Chanceler do Paraguai, e ele me pediu que fosse para informar-lhe isso e outras questões pertinentes, então ao meu país terei que ir, lamento muito. Se os senhores negarem a permissão não sei como farei, mas ao meu país terei que ir. Agora, com relação à Reunião do Brasil, estou nesse dilema.

Por outro lado, senhor Presidente, quero fazer referência ao estado de contribuições, neste momento, em nossa Associação. Como é habitual, recebemos comunicações, e agora recebemos uma comunicação do Peru de que em breve fará uma contribuição correspondente às quotas não pagas de 122 mil dólares e algo; e da Representação do Paraguai, anunciando que no corrente ano terminará seu plano de pagamento, o que o deixará provavelmente adiantado no pagamento do ano 2009 e parte de 2010, lembrando ao Comitê a situação financeira atual, que está sendo considerada na Comissão do Orçamento.

No ano corrente, recebemos contribuições de seis milhões e seiscentos e sessenta e quatro mil dólares, dos quais dois milhões e quinhentos foram até o mês de março, correspondente à gestão do Secretário-Geral Operti, de janeiro a março. Há países que pagam no início da gestão, como o Brasil, Cuba, Colômbia, México e Paraguai, que iniciou seu processo de pagamento, o Peru e os demais todas contribuições são realizadas de abril a novembro, e esperamos que terminemos o ano com contribuições ainda maiores.

Então, como os senhores verão, o Orçamento de nossa Associação, que é de quatro milhões, quatrocentos e quarenta e quatro e algo, superou este ano em contribuições dois milhões de dólares, o que nos permitirá, como sabem os membros da Comissão de Orçamento, finalmente ter um capital de reserva para eventuais atividades durante o ano.

Isso era tudo o que queria comentar, Presidente, no que diz respeito aos temas em pauta.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretário-Geral. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Muito obrigado, Presidente. Simplesmente para fazer um enunciado geral de princípios. O México apóia com muito entusiasmo e clareza a liberdade de gestão e as atribuições do Secretário-Geral. Penso que é um princípio importante, e suponho que temos consenso em relação a isso, sem menoscar, nem conculcar, nem suplantar atribuições do Secretário-Geral no qual todos votamos.

Penso, no entanto, que há temas que merecem ser discutidos, e que o Comitê deve conhecer e debater. É verdade que a questão das viagens e da assistência das viagens deve ser matéria do bom senso de nosso colega e Secretário-Geral, mas não é demais compartilhar e opinar livremente sobre as viagens que a Secretaria-Geral vai realizar. A viagem a Zacatecas, ao meu país, foi altamente bem-sucedida, a ALADI teve uma atuação estelar ali, e nós recebemos, do México, bons comentários em relação ao desempenho da ALADI nessa reunião que foi muito importante, que, de alguma maneira, prepara e antecipa a reunião que será discutida no Brasil, que também é muito relevante.

No entanto, há outras viagens que, de boa fé, podemos não estar tão entusiasmados com a participação da ALADI, dadas as restrições orçamentárias, dados os problemas de tempo, etc., então penso que, em princípio, sem menoscabar, nem conculcar, nem suplantando atribuições respeitadas absolutamente, não é muito compartilhar, conhecer e opinar sobre a pertinência ou sobre o conteúdo de algumas das viagens. Penso que é uma opinião delicada, que requer ser comentada, mas é melhor ventilá-la aqui e não ficarmos com a opinião para outro momento, para considerar nos corredores.

O mesmo se aplica ao tema do pessoal, de novo, sem prejudicar pertinência ou não de antecipar orçamentos, cotas, etc., é uma atribuição do Secretário-Geral e temos que respeitá-la, é sua gestão, e todos a estamos apoiando. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do México. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Obrigado, senhor Presidente. Quero referir-me à Nota que fizemos chegar à Secretaria-Geral junto com a Representação Argentina, e que sem dúvidas não posso referir-me à resposta da Secretaria-Geral, que anunciou em parte seu conteúdo, e do qual me alegro porque se encarrega de uma das questões que nós considerávamos nessa Nota, portanto isso obviamente não é para ser comentado nesta oportunidade.

O que sim me parece importante enfatizar, e penso que tem relação ao fundo e conteúdo essencial da Nota, é que a estrutura orgânica da ALADI será aprovada em um próximo Conselho de Ministros, com data a ser definida, e, no momento preciso em que isso ocorrer, definirá, de alguma maneira, os objetivos e conteúdo do trabalho da ALADI; o que é fundamental para poder fazer uma troca de funcionários internacionais e dos perfis que eles devem reunir para as tarefas que serão encomendadas.

Por um lado é isso, e, por outro, penso que, do ponto de vista financeiro, mudar 6 funcionários neste momento - não posso imiscuir-me no tema orçamentário - mas imagino que é um alto custo fazê-lo de forma simultânea, então, o que me parece é que tem a ver a forma gradual, por um lado, porque o bom funcionamento da Associação com 6 pessoas, todos eles uma contribuição substantiva no trabalho permanente da Organização, tem um prejuízo e um custo que teríamos que tentar minimizar e também, insisto, do ponto de vista financeiro, é um golpe bastante forte fazer alteração dos 6 funcionários simultaneamente.

Então, também gostaria de enfatizar e referir-me, como faz o Embaixador do México, que em nenhum momento nós, ao fazer as observações e os conteúdos da Nota, pusemos em questão as atribuições próprias do Secretário-Geral, foi nosso candidato, votamos nele e continuamos o apoiando com o mesmo entusiasmo.

Em relação ao tema das viagens, para não deixá-lo de fora, e a propósito do manifestado pelo Embaixador do México, concordo com o que ele disse, e eu diria que

talvez o detalhe em relação às viagens seja que isto não implica questionar as mesmas, mas sim penso que informar a seu respeito e as características do ponto de vista financeiro faz com que possamos dosificar e priorizar de melhor maneira quais e quantas fazer, porque, do contrário, podem-se fazer 25 viagens e não 15 em função das condições das mesmas. Como digo, sem o objetivo de discutir o critério do Secretário-Geral, mas me parece que, em conjunto, podemos priorizar e fazer uma agenda mais adequada. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Quero referir-me aos comentários do Secretário-Geral a respeito da Nota conjunta que apresentamos com a Representação do Chile.

Reconhecemos a legitimidade da decisão tomada pelo Secretário-Geral a respeito do término dos contratos de alguns funcionários internacionais, está legitimado no âmbito das atribuições e competências dadas pelo Tratado de Montevideu 1980 e, no mesmo sentido, é legítima a preocupação que transmitimos nessa Nota a respeito do impacto que uma alteração tão importante de funcionários, mais de 50%, são 6 de 10 que terminam suas funções no dia 31 de janeiro, a preocupação que as conseqüências possam gerar do ponto de vista funcional, do ponto de vista operacional, e também do impacto econômico que essas mudanças acarretam pelos gastos inerentes ao traslado dos que se vão e daqueles que vão se incorporar. Essa é a preocupação legítima que quisemos apresentar, transmitir às demais Delegações e, eventualmente, analisar se existe uma forma diferente de levá-lo adiante. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Equador tem a palavra.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Quero expressar que faço minhas as palavras dos três Representantes anteriores, México, Chile e Argentina. Coincido totalmente com as apreciações, e quero acrescentar mais uns elementos que não foram manifestados.

O próximo ano, como se vê no Equador e para o Equador, e espero que para alguns países também, vai ser um ano extremadamente difícil, e, segundo as previsões, com o decorrer do próximo ano será pior, como estamos vendo. Isso implica que devemos tomar medidas para o pior dos cenários que possa ocorrer. A redução da metade dos ingressos dos orçamentos dos Estados, ou às vezes até mais, é previsível, não é algo muito distante, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que, mesmo sendo legítimo o que pode ser feito agora, penso que não é o momento oportuno, porque há outra situação que ainda não mencionamos nas intervenções: estamos por definir um rumo para a ALADI, mas antes que a crise explodisse de forma tão grande já falávamos de uma reestrutura ou um estudo melhor da arquitetura de como funciona a ALADI. Penso ser inadequado mudar pessoas sem conhecer os perfis das pessoas para as novas circunstâncias. Penso que vale a pena e ganhamos mais prorrogando um pouco essa decisão, e penso que devemos acelerar - mesmo que não seja tratado na Reunião de Ministros - esse documento, para conhecer como deve funcionar a ALADI com base nos recursos que tem, que áreas devemos fortalecer, que áreas devemos reduzir, frente a esse objetivo que a ALADI tem junto às necessidades apresentadas pelos países nos possíveis papéis da ALADI, e levando em consideração o problema da crise.

Penso que é um mau momento mudar pessoas e depois comprovarmos que precisávamos de outro perfil. Penso que é urgente primeiro saber como está funcionando a ALADI e que essas mudanças sejam feitas em função disso. Coincidiu que, quando a Representação do Chile apresentou o tema dos perfis, pode ser um erro repetir os mesmos perfis dos de agora, e podemos aproveitar a mesma partida para nomear pessoas com outro perfil. Estamos agindo ao contrário, primeiro nomeando as pessoas e depois fazendo o estudo da estrutura.

Também é necessário fazer o estudo da estrutura, mas isso não tem sentido se não soubermos qual o objetivo: estamos na terceira etapa, e saltamos as duas primeiras, mesmo que nós, internamente, tenhamos que saber quais são os cenários, as mudanças potenciais que a ALADI tem que ter, ou seja, estabelecer o rumo, sem isso é “apontar ao ar”. E não é um momento para continuar no caminho que estávamos, pelo contrário, mas sim para revisar e estabelecer o rumo que tomamos para agir em uma era de crise; não sei se há algum país ou algum organismo que poderia dizer que tem certeza do que está fazendo para continuar caminhando neste terreno.

Diria que os esforços das viagens, os esforços da infra-estrutura da ALADI, as viagens do Secretário-Geral devem ser feitas para apontar ou tomar elementos de juízo para reforçar este objetivo interno da ALADI, que o Comitê não conheceu, e pior, os Ministros, mas antes mesmos dos Ministros, nós deveríamos saber, pelo menos ter uma idéia tentativa. Diria que nos centrássemos aí, com esse norte, como tarefa urgente e imediata, ter um diagnóstico de como a ALADI está funcionando para, posteriormente, apresentando algumas opções, ver para onde ir. Para mim, não se trata de dar permissão ou não, mas se trata de ver qual os objetivos das viagens.

Em uma época de crise, meu país, pela primeira vez - fiquei sabendo ontem - não somente fica ao dia no ano, mas também paga a dívida anterior. Hoje notificaremos a ALADI, são duzentos e cinquenta e sete mil dólares, e, como alguns países que estão aqui fazendo esforços para pagar o que corresponde, queremos que a ALADI funcione para o desenvolvimento de nossos países. Há um câncer em nossos países: ontem estive no lançamento da obra de Huidobro, “Socialismo e Burocracia”, há um câncer que atravessa todas as Instituições e que devemos lutar contra ele, e isso se chama o poder da burocracia, da multiplicação, de resolver os problemas internos que não respondem aos interesses da Instituição e do país, mas sim que, às vezes, somente servem para reproduzir e satisfazer os interesses internos, esse é um perigo de todas as burocracias do mundo, no capitalismo e no socialismo, e nós não estamos isentos desse problema, e penso que a reestrutura ou o estudo de onde estamos é fundamental para não desperdiçar os recursos que custam esforço a nossos países. Enquanto maior é a crise, mais devemos pensar por onde se investe, e penso que este é um momento muito sério.

Informalmente, conversei com alguns Embaixadores, sem dúvidas há uma preocupação e incômodo sobre o que está acontecendo e sobre o que se pode fazer, e foram muito oportunas estas intervenções, e aponto que deveriam, o quanto antes, trazer esse estudo de qual é o papel da ALADI ante a crise mundial. Hoje o Governo uruguaio anunciou as medidas econômicas frente à crise, nós deveríamos fazer o mesmo, quais são as medidas administrativas, econômicas, que a ALADI assume frente à crise, esse é um bom tema, não da ALADI para fora, mas da ALADI para dentro. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Equador. A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Catalina Haydar). Obrigada, Presidente. Penso que todas as Delegações que estão aqui presentes confiam uma missão ao Secretário-Geral e, no exercício dessa missão de levar a ALADI aos novos desafios que enfrentará no próximo ano, devemos dar-lhe a suficiente confiança para que ele possa fazer as alterações que considere pertinentes para o bom funcionamento desta Organização. Acreditamos que o Secretário-Geral pode dispor das alterações de pessoal de acordo como estipula o Tratado de Montevideu 1980 e, de igual forma, ele poderá exercer seu critério para definir quais viagens são convenientes para a ALADI e para o fortalecimento do multilateralismo. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Penso que primeiramente há coisas na vida que são novas, e uma das novidades é que estamos discutindo em Assuntos em Pauta, bem importante, por isso não se pode dizer desta água não beberei, mas como se abriu a discussão, pedi a palavra em Assuntos em Pauta.

Penso que o Secretário-Geral - e digo a Secretaria-Geral, porque não é um assunto pessoal do Secretário-Geral, pois há uma equipe do Secretário-Geral e dois Subsecretários - tem algumas propostas que estão dirigidas, fundamentalmente, ao que compete à Secretaria-Geral, referente à sua estrutura. Isso que, pejorativamente, chama-se burocracia, mesmo que para o inventor deste conceito, Max Weber, a burocracia não seja o que nós entendemos como burocracia, mas, em todo caso, penso que a Secretaria-Geral está fazendo propostas do ponto de vista da estrutura, da funcionalidade da estrutura, isso se chama burocracia, e corresponde aos Representantes pronunciarem-se a respeito de alguns aspectos mencionados hoje aqui.

Primeiro é: onde está a ALADI hoje em dia? O que é a ALADI hoje em dia? Qual é o nível de reconhecimento da ALADI em nossos países, para começar a saber qual é o nível de reconhecimento além de nossos países? E, nesse sentido, poderíamos dizer qual é o papel da ALADI hoje em dia, e, sobre essa base, que alguns chamam diagnóstico, passaríamos então a considerar as metas e os desafios da ALADI à luz tanto da realidade de hoje, e de hoje digo não do presente, da de hoje e da que se vislumbra no futuro, e, também, quais são esses desafios e metas à luz do comportamento ou da atuação da ALADI frente a essa realidade.

Penso que é um assunto que corresponde a esta instância, aos Representantes de cada um dos países. Se nós fizermos isso, certamente podemos chegar a algumas conclusões do ponto de vista da estrutura, do ponto de vista da burocracia, que podem coincidir com o que a Secretaria está apresentando, ou podem divergir.

Por exemplo, frente a esse estudo, poderíamos chegar a conclusões como esta: a estrutura, em termos funcionais da Secretaria hoje em dia e da ALADI em geral, requer mais pessoal, esse é um cenário.

Outro cenário é que a quantidade que tem agora -independentemente dos nomes- é suficiente para assumir esses desafios.

O outro cenário é que não, que a ALADI necessita se tecnicizar mais, adaptar-se às novas condições, aos desafios da tecnologia de hoje em dia, e talvez falte menos do que tem, e esse fato podemos relacionar com os salários, porque até que ponto cada um de nossos países está em capacidade de continuar contribuindo com mais dinheiro para

maiores funcionários com melhores salários, porque penso que todos nós estamos de acordo que o tema agora são os salários.

Ou o outro cenário pode ser um problema de reorganização, temos que ver como reorganizamos o pessoal que a ALADI tem.

Esse é um debate que nós temos que abordar em algum momento, penso que houve muitas opiniões para abordá-lo, etc., houve inclusive um projeto de Resolução que foi trazido para cá, não foi aprovado, mas, em todo caso, esse é um debate que corresponde a nós, aqui no Comitê.

Isso é o primeiro que eu gostaria de dizer. O segundo tem relação com a questão das viagens. Há pessoas que adoram viajar, e há outras que não, há gente que tem medo de aviões, de Buquebus, de viajar por estrada, essas são considerações pessoais, em todo caso, sobre isto o que diria é o seguinte: há dois tipos de viagens da Secretaria-Geral, porque o Secretário-Geral disse que ele não somente viajou, viajaram também os Subsecretários. Há viagens que respondem a convites feitos por organismos ou países com tudo incluído, a passagem de avião, os gastos de transporte, tudo isso. Esse é um tipo de convite que não vai contra o orçamento da ALADI. Por exemplo, nós recentemente fizemos um evento na Venezuela do Banco Central de nosso país, houve convite para técnicos da ALADI com todas as despesas pagas.

O outro tipo de convite é aquele que corresponde ao orçamento da ALADI, no primeiro caso, não penso que este espaço deva se pronunciar, dar permissão. O Secretário-Geral acaba de mencionar que o convidaram de seu país, o Chanceler, e não penso que haja problemas em que o Secretário-Geral vá a essa reunião, nós não temos que nos pronunciar sobre isso.

Agora, penso que é saudável, bom e recomendável que este Comitê saiba de ante mão os convites e, sobretudo, sobre os convites que serão aceitos ou necessariamente devam ser aceitos pela Secretaria-Geral, e que diz respeito ao orçamento da ALADI, porque não é outra coisa que o orçamento de cada um de nossos países.

Então, isso é uma fórmula muito fácil de adotar, e, finalmente, digo o seguinte: penso que nós podemos estar em todos os cenários, a ALADI pode estar em todos os cenários, pode estar em todas as Cúpulas, os senhores sabem que vivemos de Cúpula em Cúpula, agora existe a diplomacia não somente viajante, mas também a diplomacia presidencial, porque tudo praticamente é resolvido por meio dos Presidentes e do seio dos mesmos Presidentes vem surgindo uma queixa de infinidade de eventos internacionais onde se requer a presença de nossos Presidentes.

Nós temos que realmente definir primeiro tudo o que disse inicialmente, o papel da ALADI, as metas, os desafios, e, ver onde a ALADI deve estar presente, porque penso que a ALADI não tem porque estar presente em todos os eventos internacionais, isso depende da importância e da necessidade de que a ALADI esteja presente nesse evento. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Faço minhas as palavras do Embaixador do México quando diz que a idéia não é nem menoscar, nem diminuir, nem conculcar as competências do Secretário-Geral e da Secretaria. Penso que se fôssemos começar a falar sobre o tema, teríamos que propor

seriamente uma modificação do Tratado, onde se estabelecem claramente as competências que o Secretário-Geral tem em temas de pessoal, fundamentalmente.

Em relação ao pessoal, precisamente, senhor Presidente, quero recordar que temos um regulamento e que há uma distribuição geográfica dos postos na Secretaria, e nessa distribuição geográfica são incluídos os dois Subsecretários, razão pela qual penso que há dois funcionários das nacionalidades dos Subsecretários que tiveram que abandonar seus postos, isto é, estamos frente a uma disposição legal que deve ser cumprida.

Por outro lado, penso que, em questões de pessoal, não há muito a inovar com relação ao perfil, como diz o Embaixador do Equador, porque sabemos o que vai acontecer no Conselho de Ministros, porque temos um lote de Resoluções, 90% dessas Resoluções vêm da Resolução 59 (XIII), e falamos aí do Espaço de Livre Comércio, então sabemos para onde vamos, quando falamos do Conselho, isto é, não há nada a inovar.

A única coisa que talvez possa mudar é que entremos em um tema novo, importante, que é o social, e onde a Secretaria teria que administrar recursos para atender esse assunto, mas, fora isso, não vejo que tenhamos que mudar o perfil, a missão, o objetivo da Secretaria hoje e, portanto, mudar o perfil e a qualidade dos funcionários que vamos ter que trazer. Não vejo que tenhamos que avançar por aí.

Em relação às viagens, senhor Presidente, penso que também é competência do Secretário-Geral, e nós queremos deixar a seu critério, definir quais são aquelas viagens nas quais a Secretaria deve comparecer. Se trouxermos essas viagens a este Comitê, primeiro, vamos burocratizar muito e, segundo, vamos olhar antes com um espírito político do que em função dos objetivos da Secretaria. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Penso que esta é uma questão complicadíssima. Tendo a concordar com muitos dos colegas que disseram que realmente estamos a um ponto de nossos trabalhos substantivos aqui na ALADI, em que vamos tomar decisões –assim todos nós esperamos, no âmbito do Conselho de Ministros- que vão resultar em um trabalho programático para os próximos anos e, obviamente, estou de acordo com os colegas que dizem que a estrutura orgânica da Secretaria-Geral deveria, talvez, ter isso em vista, à luz deste novo programa que vamos estabelecer aqui na ALADI, para que seja possível prestar o melhor apoio de parte da Secretaria-Geral a estes trabalhos.

É saudável que possamos discutir essas questões internas da Secretaria-Geral entre nós. Cabe ao Comitê de Representantes monitorar o que a Secretaria-Geral faz, mas penso que não nos cabe decidir o que ela faz. Penso que o Secretário-Geral deve ter a capacidade de decidir como ele nos presta melhor apoio, para isso o nomeamos, para isso o elegemos. Ou seja, elegemos um Secretário-Geral e esperamos dele que, com a figura visível que a ALADI tem, possa nos prestar o melhor apoio para que seja possível otimizar e maximizar nossos trabalhos substantivos e cumprir com o programa com o qual nós pretendemos trabalhar nos próximos anos.

Eu não acredito, sinceramente, que seja o caso de estar monitorando as viagens que o Secretário-Geral faz, inclusive entendo que a Comissão de Orçamento por Programas, quando levantou essa questão, não o fez especificamente sobre as viagens do Secretário-Geral, talvez tenha levantado sobre as viagens da Secretaria-Geral de uma maneira geral.

Penso que em nenhum momento foram colocadas em questão as viagens do Secretário-Geral.

O Secretário-Geral, como o Secretário-Geral das Nações Unidas, tem um papel de figura visível, ele tem que representar a ALADI, tem que nos representar nas reuniões. Na reunião do MERCOSUL, quando a Presidência Pro tempore do Brasil fez o convite para o Secretário-Geral, fez isso em nome do MERCOSUL, não como Presidência Pro tempore, e o Secretário-Geral da ALADI sempre participou de todas as reuniões do MERCOSUL. Então, não penso que seja o caso de questionar, nem que o Secretário-Geral tenha que estar em um dilema.

Vejo aqui 3 pontos básicos, um talvez tenha sido referido pela Venezuela, a questão de que mais pessoal talvez tivesse impacto em mais contribuições. Não creio que esse seja o caso agora, pelo menos nesta discussão que estamos tendo, mas os outros dois casos, não penso que nós devamos controlar ou dizer ao Secretário-Geral aonde tem que ir e aonde não tem. Ele saberá priorizar, ele tem um orçamento que é controlado por nós, vamos aprovar este orçamento dentro de uma semana ou dez dias, então ele saberá como priorizar em suas viagens as reuniões que ele pensa que deve representar ou não.

Com relação aos seis funcionários de categoria internacional, aí também penso que é uma decisão dele. Ele tem que saber como administrar melhor. Teria sido melhor, disse o Embaixador do Equador, talvez adiar essa decisão, pela questão do programa que nós estamos tentando estabelecer aqui, mas o Secretário-Geral também tinha um problema diante de si, se ele tentava renovar esses seis funcionários agora, ele teria que ficar mais 3 anos com eles, o próprio Artigo 6 da Resolução 311 assim diz, e o que Secretário-Geral fez também não tem nada contra a Resolução 311 ou alguma outra disposição do Comitê, ao contrário, ele teria que nos consultar e fundamentar sua decisão para a renovação desses funcionários. Ou seja, se ele quisesse renová-los teria que submeter a nós –segundo o Artigo 6, que vou ler agora- a renovação por mais três anos desses funcionários. Então, decidi não renová-los, sem poder esperar dois ou três meses mais, porque é de 3 em 3 anos que ele tem que decidir.

Reiterando, penso que talvez tivesse sido melhor, se fosse possível -mas ele não pode fazer isso - esperar alguns meses, mas teve que decidi-lo agora, porque completaram os 3 anos. Foi publicada a Diretriz pelo que entendo, não há volta, e penso que não é de nosso interesse colocar o Secretário-Geral em uma situação que ele teria que reaceitar os seis funcionários internacionais e ter que conviver com eles mais 3 anos, quando ele tomou uma decisão por uma Diretriz já publicada de não renovar seus contratos.

Então, não penso, sinceramente, que haja muito que fazer com a questão dos seis funcionários, o Secretário-Geral usou uma prerrogativa sua, está prevista em uma Resolução que nós mesmos aprovamos. Penso que o Paraguai tem razão, teríamos que mudar tudo, se é que não gostamos deste procedimento. Ele usou uma prerrogativa, penso que é uma questão de ver, esperar que esses seis novos funcionários que vão substituir os seis que estão saindo possam nos ajudar o máximo possível.

Esses são os comentários que tenho para fazer sobre isso, é uma situação difícil, eu sei, mas volto a dizer que é saudável que tenhamos essa discussão aqui entre nós e que possamos compartilhar e mudar de idéias, inclusive com o Secretário-Geral sobre nossas opiniões e nossas posições a respeito de tudo isso, mas devemos deixar o Secretário-Geral trabalhar e administrar a Secretaria-Geral da maneira como ele acha melhor e dentro das prerrogativas e do orçamento que ele tem, e que foi determinado por nós mesmos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. A Representação do Peru tem a palavra.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, Presidente.

O Peru, da mesma forma que manifestado pelas outras Representações, confia no bom senso do Secretário-Geral para decidir as viagens às quais deve ir, consideramos que não deve haver sobre essa capacidade nenhuma limitação que o impeça de definir de uma ou outra maneira os eventos e a importância que estes podem ter dentro da organização da ALADI. Mais ainda agora, quando há importantes mudanças na cena internacional que merecem obviamente uma tomada de decisões e processos que devem ser observados por esta Organização com o objetivo de adequá-los de uma ou outra maneira à ALADI.

A respeito do outro tema que conversamos, as atribuições do Secretário-Geral, como manifestado pelas Representações do Paraguai e do México, o Peru considera que o Secretário-Geral está em plena capacidade e prerrogativa de definir a saída ou não renovar contratos dos empregados ou funcionários internacionais que ele considere pertinente, no entanto, o Peru considera que se deve ter especial cuidado com a conjuntura atual. Pensamos que a crise financeira e a recessão mundial apresentam sérios desafios para a Organização e para os países-membros que a compõe.

Neste cenário, obviamente vamos ter que priorizar a eficiência da despesa, e essa situação torna importante a avaliação detalhada das oportunidades e os impactos possíveis, não somente no nível operacional, como também no orçamentário.

O Peru considera que, por mais que reconheça a prerrogativa do Secretário-Geral, o tema novas adequações da estrutura que impliquem impactos diretos sobre as cotas dos países-membros, neste momento e nesta conjuntura, são difíceis de serem considerados, ao menos pelo Peru.

Obviamente também são considerados os desafios adicionais importantes para a Organização, como o protecionismo que pode surgir por esta crise internacional que implica maiores esforços dos países-membros, com o fim de evitar estes efeitos negativos dentro do comércio regional. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Ofereço a palavra à Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Uma breve consideração, nada mais. Penso que não está no espírito de ninguém, de nenhuma Representação, pelo que escutei, mudar o Tratado de Montevideu 1980 e as atribuições do Secretário-Geral. Penso que os regulamentos e o Tratado são suficientemente claros para evidenciar que as medidas tomadas estão dentro das prerrogativas do Secretário-Geral.

O que chama a atenção de algumas Representações, e penso que isso foi evidenciado, é que estamos em um momento especialmente complicado não só no processo de integração como também da situação econômica internacional, e nesse momento vamos ter que tomar decisões importantes sobre como vamos encaminhar nosso processo de integração, e essas decisões importantes passam claramente por redefinir ou dar um novo curso ao papel que a Secretaria e a ALADI têm que cumprir. E este novo rumo implica, necessariamente, uma reconsideração de seus recursos humanos.

Então, parece-me legítima a preocupação manifestada por algumas Representações, no caso de duas delas, que apresentaram uma carta à Secretaria-Geral sobre o tema da

estrutura da Secretaria-Geral, e da não-renovação de alguns cargos, mas que algumas outras Representações expressaram, mesmo não tendo participado da carta apresentada por essas duas Representações.

Parece-me, dizia, legítima a preocupação, dado o momento que vive a ALADI, de que 60% de seus recursos internacionais sejam alterados, sejam deixados de lado, a partir de uma data determinada, muito próxima, antes que seja feito o Conselho de Ministros e antes que decidamos qual é esse novo curso que eventualmente a Secretaria-Geral terá.

Há dois casos cujas nacionalidades estão em conflito com as dos Subsecretários, é muito claro, e nesse caso há a necessidade de uma mudança, dado que está previsto também no Regulamento e não queremos vulnerá-lo; mas havíamos esperado, certamente, pelo menos a Representação do Uruguai, que o resto das mudanças fosse feito de forma paulatina, de maneira, sobretudo, a não provocar eventuais inconvenientes nos trabalhos que devem ser feitos nos próximos meses antes da reunião do Conselho de Ministros, e para a reunião do Conselho de Ministros e para a Conferência de Avaliação e Convergência, com seus trabalhos levados a cabo com a menor quantidade de interferências possíveis. Cabe a suspeita, parece-me que esta mudança tão drástica do pessoal vai provocar algumas interferências no cumprimento dessas metas e desses trabalhos. Havíamos esperado uma coisa mais gradual, vivi na Associação, em particular, processos deste tipo, e se procedeu, em geral, de uma forma paulatina, de maneira a levar adiante essas mudanças da forma menos traumática possível.

Manifestei isso por um desejo da melhor forma de convivência que este tipo de alteração pode provocar para o conjunto do funcionamento da Associação, o que talvez tivesse sido melhor tê-lo feito de uma forma menos traumática mas, de nenhuma maneira, isso pretende eliminar, mudar ou conculcar as prerrogativas do Secretário-Geral. Trata-se somente de observações em relação ao que poderiam ser, digamos, os melhores caminhos de funcionamento para implementar decisões de tal importância no seio da Associação.

Em relação às viagens, não tenho nada para acrescentar ao que foi dito anteriormente. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. O Secretário-Geral pediu a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Manifesto-me também, apesar de haver sido o instigador disto. Fico surpreso, mas ao mesmo tempo me parableno que, em Assuntos em Pauta, tenhamos, como dizia o Embaixador da Venezuela, nunca diga desta água não beberei, tratado temas de tanta transcendência para o andamento da Secretaria-Geral.

Vou começar pelo mais simples: penso que aqui foi manifestado claramente que o Secretário-Geral tem as faculdades para agir como agiu e, no que se refere ao meu dilema, penso que depois de haver escutado todos os senhores, não tenho dúvidas de que o Secretário-Geral da ALADI deve comparecer às Cúpulas do MERCOSUL e da América Latina e do Caribe. Disso não tenho dúvidas.

Eu estaria faltando com minha responsabilidade como Secretário-Geral se, ante uma reunião do MERCOSUL neste momento, precisamente, por todas as razões manifestadas pelos senhores, estivesse ausente, quando outros Secretários-Gerais de outras Organizações assistissem; e como assinalava o Embaixador do Brasil, o Secretário-Geral da ALADI foi convidado e assistiu a todas as reuniões do MERCOSUL, seria pouco compreensível que não o fizesse agora. No que se refere ao Primeiro Encontro de Cúpula da América Latina e do Caribe, sobre Integração e Desenvolvimento, também não acredito

que seja atinente o fato de não ir. Então transmito, Presidente, como solicitado, salvo exista alguma opinião em contrário que me diga: “não, o senhor não pode viajar”, eu viajarei a essas reuniões. Farei o que o Comitê decidir, se, apesar de ser minha atribuição, o Comitê me disser: “Não, o senhor não viaja”, eu não viajarei, mas minha decisão é sim viajar, repito, salvo haja uma instrução dos senhores, uma decisão dos senhores em contrário.

A respeito do outro tema, referente à renovação dos contratos, este é um tema, senhores e senhoras, que viemos conversando desde o início minha gestão e alguns casos antes, com suas capitais, com Embaixadores que estão aqui presentes neste momento, e fui questionado mais de uma vez, e a palavra correta, quem sabe não é instigado, mas foi impulsionado a realizar as mudanças que foram necessárias e isso foi matéria tratada com os senhores, com seus Chanceleres e alguns dos Embaixadores aqui presentes estiveram presentes, valha a redundância quando assim foi manifestado pela máxima autoridade desta Instituição, o Conselho de Ministros.

O que sim quero dizer é que, desde abril, encarreguei-me, vim estudando o tema com muita tranquilidade, com muito tempo, eu poderia ter tomado essas decisões já naquele momento. A não-renovação dos contratos dos funcionários dos países que hoje integram a mesa como Subsecretários, coisa que teria que ter acontecido em agosto, e, no entanto, os senhores vêem que aconteceria em 31 de janeiro, foi justamente porque me foi pedido, e, em alguns outros casos também me pediram que se fossem. Então, recebi muitos pedidos e tenho pedidos pendentes de outros governos, se eu atendesse a todos eles, não ficaria aqui praticamente nenhum, salvo um, que justamente é o único que renunciou, porque em nossas listas poderíamos mencionar que há um que renunciou, porque foi designado pelo seu país para um importantíssimo cargo para outra missão. Mas há dois que teriam que ter ido, há uma pessoa que cumpriu toda uma vida nesta Instituição e justamente um dos motivos pelo qual estendemos sua permanência até janeiro é porque nesse momento estará cumprindo 30 anos na Instituição.

Os Governos me solicitam *aggiornamientos*, pedem mudanças, pedem que nos adequemos à realidade, pedem que nossa estrutura responda aos desafios, e a Secretaria-Geral tem vindo acompanhando permanentemente todos os trabalhos do Comitê para colocar adiante este pacote de Resoluções para cumprir com a reunião do Conselho de Ministros. Alguém havia me recomendado que, se este tema fosse ser debatido, eu não falasse, simplesmente ficasse quieto, mas ofereço aos senhores continuar falando nas vezes que os senhores quiserem, mas em Chefes de Representação, estou disposto a falar com a maior franqueza, há coisas que não podem ser ditas, os senhores sabem tão bem como eu, porque mais de um me falou destes temas, então penso que isso não corresponde ser feito nesta sala, neste momento, porque não se trata de justificativas ou nada pelo estilo.

Agradeço o apoio que recebi, daqueles que o manifestaram, mas quero que tenham a mais absoluta certeza que pode ser que esteja equivocado na decisão, mas a mesma não foi tomada sem haver meditado profundamente todas as suas conseqüências, e se o lote é de 6, quando são 5 na realidade, é porque em algum momento tinha que tomar a decisão e pensei que este era o momento de fazê-lo, pensando justamente que já temos delineada a descrição de funções dos futuros técnicos internacionais, porque sabemos qual é o nosso pacote, o que não sabemos, e obviamente ninguém pode saber, é o que vai acontecer com a conjuntura internacional, bem, por sua parte a Secretaria-Geral apresentou um documento que está à consideração do Comitê.

Dito isto, Presidente, quero manifestar que se os senhores tivessem decidido e me dissessem: “não senhor, o senhor não tem autorização”, eu teria acatado sem problemas,

não sou uma pessoa obstinada, quem o diz se equivoca, ao contrário, fala-se que, com os anos, as pessoas se tornam mais seguros em seus defeitos, mas se eu era muito obstinado quando jovem, hoje deixei de sê-lo, e tornei-me bastante mais aberto, e aqueles que me conhecem bem sabem que é assim. Eu não sou uma pessoa obcecada, pelo contrário, tento sempre buscar acordos, e penso que, justamente, uma das características que seus Governos tiveram ao escolher-me como Secretário-Geral era que podia ser um facilitador neste momento tão sério que passa a região.

O Chanceler do Brasil me lembrava na quinta da semana retrasada que no último Conselho de Ministros a única coisa que fizemos foi aprovar minha designação, espero que no próximo Conselho de Ministros, que quero que seja realizado, e que o Brasil estará presente, possamos aprovar outras coisas.

Presidente, agradeço esta oportunidade que me dão ao haver debatido este tema, apesar de o Embaixador da Venezuela pensar que saímos da Ordem neste ponto, mas penso que foi oportuno, tenho a impressão de todos os Governos e ela será levada em conta, mas quero que levem em conta também que eu não posso fugir de minhas responsabilidades, e, se tivesse que fugir delas, senhores, então não estaria neste lugar. Gostaria que tivessem isso bem claro.

Direi algo que venho dizendo de forma pessoal, como os senhores sabem, e justamente acaba de chegar o Representante da Bolívia, então penso ser oportuno o que vou dizer, em outro organismo similar ao nosso, sub-regional, existe hoje em dia um conflito a respeito do Secretário-Geral, um país questionou o Secretário-Geral, e essa é uma questão que espero que seja resolvida, porque não queremos que isso ocorra em outro organismo, mas se nesta Instituição, na ALADI, um só país, um, questiona a gestão e pede a saída do Secretário-Geral, não necessita fazê-lo por escrito, imprensa, basta que o Representante adequado me ligue, com o respaldo obviamente do Chanceler que é membro do Conselho, para que este Secretário deixe aos senhores liberdade para eleger quem quiserem para conduzir isso, quero que fique bem claro e que conste em atas. Um só país dos doze, não necessito de dois terços para que me despeçam, com uma só manifestação de desconformidade com minha gestão, fundamentada, logicamente, os senhores terão a oportunidade de ter outro Secretário-Geral.

Dito isso, agradeço muito a todos que opinaram sobre este tema, porque me dão a oportunidade de saber melhor como pensam e, repito, quero que saibam que isto não foi sem pensar, que não é de “mala leche”, usando um termo argentino, que as decisões estão sendo tomadas. Tive que tomá-las porque em algum momento tinha que tomá-las. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Quando levantei o sinal para inscrever-me como orador o objetivo era encerrar a lista de oradores, porque na verdade faz uma hora e quinze que estamos debatendo este tema, ao qual adjudico a máxima transcendência, como disse o próprio Secretário-Geral, mas me parece que temos uma quantidade de temas urgentes a tratar, lembro que a Reunião está marcada para hoje e amanhã porque, de fato, na próxima semana praticamente vão concluir as deliberações da ALADI, e explico: na semana próxima, quarta-feira é dia 10, e na quarta subsequente os Embaixadores que fazem parte do esquema MERCOSUL, incluindo o Secretário-Geral, estarão em Brasília, de tal maneira que praticamente a semana de 10, 11 e 12 é a última semana operativa real da ALADI.

Não obstante, quero fazer duas breves reflexões, com franqueza, penso que a ALADI, como qualquer estrutura internacional, mas muito mais no caso da ALADI, porque, como

assinalei muitas vezes, há uma concordância ou deveria haver uma concordância geral de visões, não penso muito que a divisão disto corresponde à Secretaria, aquilo corresponde ao Comitê, porque, na verdade, tanto a Secretaria como o Comitê têm um só e único objetivo, que é trabalhar pelas instruções que recebem em geral.

De fato, há uma quantidade de funções do Secretário-Geral estabelecidas pelas Resoluções do Comitê e que muitas vezes foram modificadas, isto, por exemplo, em matéria de política de pessoal, o fato de que não haja mais de um nacional foi estabelecido em uma Resolução do Comitê e que também pode ser modificada, de tal maneira que não estamos violando os Regulamentos como se fossem coisas sacrossantas, os Regulamentos são feitos para ordenar as tarefas, para ordenar os debates e são ajustados de acordo às necessidades de cada tempo, e estamos vivendo um tempo que deveria levar-nos a uma reflexão muito delimitada, por quê? Porque todos nós sabemos que entramos em um período de enormes incertezas, maiores que as que tivemos, então além das certezas que alguém tenha sobre como vão evoluir as coisas, penso que devemos ser muito prudentes em todas as decisões que adotarmos.

Junto com isso, também não creio, com franqueza, que o destino da ALADI já esteja fixado pelos Projetos de Resolução que o Conselho de Ministros vai tratar, para isso temos a Conferência de Avaliação e Convergência, que todos sabemos, tem que definir um novo rumo para a ALADI. De tal maneira que a idéia manifestada pelas Representações da Argentina e do Chile de fazer uma mudança tranqüila, prudente, reflexiva, não parece que tenha sido uma idéia disparatada.

Mas este tema já foi largamente debatido, parece-me que já devemos encerrá-lo, e penso que, sobre as viagens, além das implicações orçamentárias que alguns podem ter manifestado sua preocupação, ninguém tem a intenção de menoscabar, nem de diminuir, nem de alterar as funções do Secretário-Geral. Dito isso, proponho a este Comitê que passemos aos demais pontos.

3. Consideração da ata correspondente à 1025ª sessão

...O ponto 3 da Ordem do Dia é a ata correspondente à 1025ª sessão. Alguma Representação quer fazer observações?

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Temos pequenos comentários de natureza formal sobre a ata que vamos passar para a Secretaria para que os incorpore, não significam, em nenhum sentido, alterações no que está sendo manifestado nos parágrafos.

PRESIDENTE. Com essas pequenas modificações que a Representação da Argentina fará chegar à Secretaria, e não havendo mais observações, dá-se por aprovada.

Passamos ao ponto 4.

4. Tratamento dos projetos de resolução elevados pelo Grupo de Alternos

- Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência (ALAD/CR/dt 213/Rev. 2)
- Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência (ALADI/CR/dt 214/Rev. 3)

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Coordenador e Presidente desse Grupo, senhor Embaixador do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Já dei meu relatório na última sessão, penso que teríamos que tratar este tema no Comitê.

PRESIDENTE. Obrigado, ofereço a palavra para considerar as Diretrizes da Conferência de Avaliação e Convergência, revisão 2, mas não havendo observação, significa que este Comitê aprova essas Diretrizes na redação existente. O silêncio significa aprovação. Vamos ao outro Projeto de Resolução que é Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência.

A Delegação do Brasil quer fazer algum comentário a esse respeito.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, senhor Presidente. Enquanto o senhor dizia que o Comitê havia aprovado a Resolução sobre Diretrizes, lembrei que a Venezuela tinha uma reserva sobre a mesma, e pergunto-me se não seria o caso de indagar, de confirmar o fato de que a Venezuela retira sua reserva deste Projeto de Resolução. Obrigado.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, não sei se alguma outra Representação quer comentar algo, porque esta intervenção será feita pelo Embaixador Franklin González, que não se encontra na sala.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Deixaríamos pendente por uns minutos este tema e passaríamos ao segundo tema, Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência. Pergunto se, sobre este Projeto de Resolução, alguma Representação tem algo a assinalar.

Não sendo assim, poderíamos dar por aprovada pelo Comitê a Resolução vinculada a Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência.

Havendo-se reintegrado à Mesa o senhor Representante da Venezuela, oferecemos a palavra, se quiser fazer uso dela, para referir-se às Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência e à reserva que oportunamente a Venezuela tinha apresentado sobre este tema, por solicitação da Delegação do Brasil. Obrigado.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Bem, eu não estava aqui, como foi essa consideração?

PRESIDENTE. O senhor Representante do Brasil recordou, no momento da aprovação das Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência, que no documento ALADI/CR/dt 213/Rev. 2 havia uma reserva de caráter geral, apresentada pela República Bolivariana da Venezuela, e consultava se esta aprovação do dia de hoje por parte do Comitê implicava o levantamento ou não dessa reserva que a Venezuela havia formulado sobre esse documento.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Penso que em algum momento informamos, e se não, informo, que tínhamos uma reserva geral sobre este Projeto de Diretrizes e que essa reserva geral foi levantada para se concentrar em uns parágrafos que se referiam, fundamentalmente, ao segundo Resolve, e há uma redação, com a qual se vem trabalhando, que foi a última que saiu do Grupo dos Alternos, e que submetemos à consideração de nossa capital. Quero informar que nossa Representação vê essa redação de forma positiva, e estamos fazendo os esforços para que recebamos as instruções e possamos aprovar o projeto nos termos em que está apresentado, com a última redação.

No entanto, quero informar que, os senhores sabem, antes de 23 de novembro, o momento da redação final, tivemos eleições regionais e municipais, e ainda não tivemos resposta de nossa Capital. Espero que antes que possamos sair de férias ou cessar funções temporariamente da ALADI, ou ao menos do Comitê, possamos ter a resposta positiva de nosso país. Entendo que somente estamos falando da Diretriz neste momento, não?

PRESIDENTE. Há pouco acabamos de aprovar, o Comitê em sua totalidade, Insumos para a Conferência de Avaliação e Convergência, sem observações de ninguém, e fica pendente de aprovação somente o tema de Diretrizes que sim foi aprovado pelo resto dos países, segundo entendo, com exceção dessas reservas ou colchetes estabelecidos pela Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. A Representação do Peru tem a palavra.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, Presidente.

Na Reunião de Representantes Alternos, o Peru se reservou o direito de consultar o texto final do Projeto de Resolução de Insumos. Devido à Cúpula da APEC, a resposta da Chancelaria e do órgão técnico ainda não chegou, portanto o Peru se reserva ainda o direito de pronunciar-se sobre o Projeto de Resolução de Insumos. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. A Delegação do Brasil quer fazer uso da palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Somente para dizer, Presidente, que estamos próximos, mas não conseguimos ainda. Obrigado.

PRESIDENTE. Consulto o Comitê, temos duas possíveis variantes, uma é que o Comitê aprove estes dois Projetos, deixando pendente o pronunciamento da Venezuela sobre um deles e o do Peru sobre o outro - o que esta Presidência se permite recomendar - e o outro é simplesmente não aprovar nada até que estes dois países não se pronunciem sobre suas respectivas observações.

Peço ao Comitê que resolva qual dos dois procedimentos quer aplicar.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Senhor Presidente, a Venezuela e o Peru disseram que, antes de fechar os trabalhos, teriam uma definição com respeito à reserva, no caso específico da Venezuela, então penso que deveríamos aprovar para a

próxima Reunião, temos mais uma Reunião na próxima semana, poderíamos esperar que na próxima Reunião, então, haja uma definição para isso, para que todos nós aproveemos os dois Projetos de Resolução, que são importantes. Obrigado.

PRESIDENTE. Esta é a proposta do Brasil; não havendo observações, deixaríamos sem resolução os dois Projetos, e eles seriam incorporados à agenda do próximo Comitê que antecipamos que será, à margem do que resolvermos depois em relação a amanhã, na próxima quarta-feira, dia 10, se estivermos de acordo com essa proposta, esses dois Projetos de Resolução passam para o próximo Comitê. Peço à Secretaria que tome nota da sua incorporação na Ordem do Dia.

Vamos ao ponto 5.

5. Metodologia de trabalho com vistas à Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros

...Este ponto havia sido incorporado supondo que o ponto anterior teria sido concluído. Não sendo assim, devemos esperar o tratamento do ponto 4, que será no próximo Comitê, para avançar neste ponto, portanto também passaríamos este tema para o próximo Comitê, solicitando à Secretaria que tome nota de que o ponto 5 também deve ser incorporado ao próximo Comitê.

6. Lineamentos sobre ações concretas para incluir no Programa de Atividades (ALADI/ CR/dt 495)

...O ponto 6 é lineamentos sobre ações concretas para incluir no Programa de Atividades. Ofereço a palavra para o tratamento deste tema.

A Secretaria-Geral pede a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Na sessão deste Comitê de 5 de novembro, tive a oportunidade de apresentar a proposta sobre um Programa Especial para Fortalecer a Integração frente à Crise Financeira Internacional, como uma contribuição ao desafio que a Associação deve enfrentar, afrontar, e tendo em conta que no cenário regional já se vêem pronunciamentos e ações nessa matéria, tanto em nível regional como sub-regional, e que hoje foi amplamente mencionado por todos os senhores.

Na mencionada ocasião, vários países mostraram sua satisfação por esta contribuição da Secretaria e a conveniência de considerá-lo a curto prazo, neste sentido, tendo em conta que já transcorreu praticamente um mês da mencionada apresentação, solicito a este Comitê considerar o tratamento que deveria ser dado ao documento, em virtude do qual, ao aceitarem-se as iniciativas, as mesmas deveriam ser refletidas no orçamento de atividades do ano 2009. De fato, senhor Presidente, a Secretaria apresentou à Comissão de Orçamento, obviamente sujeito à aprovação do Comitê, e da Comissão de Orçamento - uma das mais importantes e que trabalha muito proximamente com o Comitê nestas atividades - um Orçamento que incluía as atividades, mas isso não foi aceito pela Comissão de Orçamento e aí, na própria Comissão de Orçamento, foi dito que deveria ser estudado pelo Comitê, e é por isso que este tema está à consideração. A palavra está, na verdade, com o Comitê, Presidente.

PRESIDENTE. Bem, o Comitê então resolverá se é o momento oportuno para tratar este tema que foi incorporado na temática por solicitação da Secretaria, ou quer que seja incorporado em outras sessões do Comitê.

Penso que a Proposta apresentada pela Secretaria tem uma série de aspectos interessantes, sem dúvidas, e junto com isso o que não sei é qual prioridade o Comitê quer outorgar aos trabalhos.

Tem a palavra a Representação de Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. Relembrando o Comitê passado, falou-se genericamente sobre a proposta, foi retomada e consideramos, inclusive pensando na Reunião, na Cúpula sobre Integração e Desenvolvimento celebrada no Brasil, que uma contribuição que pudesse registrar o interesse da ALADI, dentro do somatório das iniciativas apresentadas pelo documento preparado pela Secretaria, em trabalhar no que se referia ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

Isso já foi analisado aqui no Comitê passado e demos prioridade aos temas que estavam sendo propostos, porque o resto se vinculava aos próprios trabalhos nos quais estávamos, e que considerávamos que a prioridade deveria ser dada ao tema ao qual estou me referindo, Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, ou seja, isso, de alguma maneira, foi analisado aqui e ficamos na idéia central de que íamos trabalhar, então me parece que este trabalho já foi adiantado. É isso o que queria lembrar, obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Na mesma linha que a Embaixadora, penso que há uma realidade hoje, nós temos muito interesse nisto e quando digo nós, não somente a Venezuela, mas também alguns países que se pronunciaram a respeito. Penso que a ALADI tem uma grande oportunidade neste momento de crise, mesmo que alguns chamem setoriais, financeiras, etc., e alguns outros falem de crise sistêmica, mas de todas as maneiras, há um elemento que tem relação com o financeiro, o monetário, e, neste caso concreto, penso que na sessão anterior foi dito que deve ser feito um esforço para ver como a ALADI pode tomar como bandeira tudo o que tem a ver com o uso do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, em função de como podemos reduzir o uso de divisas nas operações comerciais e, nesse sentido, queremos insistir que esta é uma oportunidade, e isso teria que ser traduzido em um programa com ações concretas, etc., porque acreditamos que o resto do que está apresentado neste documento facilmente se inscreve dentro dos trabalhos normais da Secretaria-Geral. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Simplesmente para recordar que este documento valeu à ALADI muitos elogios na Cúpula do Grupo do Rio em Zacatecas, porque enfrenta diretamente a conjuntura de crise que estamos vivendo, então faríamos mal em não incorporá-lo imediatamente ao Plano de Trabalho e assim poder dar um seguimento pontual a suas metas, a seus objetivos, etc., portanto estamos com a idéia de tomá-lo já. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do México. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Senhor Presidente, havia sido falado, realmente, na reunião passada de concertar esforços na possibilidade de fortalecer o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI. Penso que é uma idéia muito

boa que o Secretário-Geral tenha incluído isso. Inclusive, entre algumas Representações, havíamos falado sobre -não penso que seja o momento fazê-lo agora no final do ano, mas para o próximo ano, nos primeiros meses, como fevereiro, por exemplo- fazer uma Reunião de Altos Funcionários, ou um Seminário ou algo assim, todos nós teríamos que consultar nossos Bancos Centrais sobre que tipo de iniciativa deveríamos tomar, mas talvez pensar para princípio do próximo ano algum encontro, alguma reunião em que possamos trocar idéias, discutir a questão do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos como forma de fortalecê-lo e de ampliar sua utilização por todos nós.

Havia mencionado também, Presidente, talvez um pouco o que a Venezuela disse sobre o uso de divisas, o não uso de divisas fortes, o dólar ou o euro, e talvez o uso maior de nossas divisas, a decisão do MERCOSUL tomada no ano passado, já em operação pelo Brasil e pela Argentina, de uso de divisas locais, e já tivemos alguma reação do setor privado brasileiro, por exemplo, que está muito contente com o funcionamento deste novo sistema que poupa muito no pagamento de taxas cambiais, taxas bancárias, e além disso faz com que possamos usar nas transações comerciais divisas locais em lugar de divisas fortes. Penso que isso também é uma iniciativa que podia ser discutida no início do próximo ano no âmbito da ALADI, penso que seria uma boa contribuição que a ALADI daria justamente em um momento de crise internacional em matéria financeira. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente.

Para nós este documento é sumamente importante porque tenta aprofundar aqueles aspectos nos quais a ALADI tem competências e trabalhos já feitos, e além disso, pode servir de ferramenta importante para fazer frente à crise na qual estamos agora. Além disso, penso que dá uma visibilidade à ALADI que até agora não tem, portanto minha Representação quer acompanhar a proposta da Representação do México no sentido de aprovar este documento e incluir as seis atividades que estão aí, com ênfase talvez no Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, no Programa de Atividades para 2009.

Penso que aí é onde vamos trabalhar sobre estes temas e onde vamos buscar implementar aquelas medidas propostas pela Secretaria para fazer frente à crise. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Obrigada, Presidente. No dia em que foi apresentado o documento, em uma revisão rápida, considerei que existiam alguns elementos que durante todos os debates haviam impedido chegar a um consenso. Inclusive depois, nesse segundo Comitê, no anterior, considerava o tema do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos em razão de existir um consenso, e que podia ser uma contribuição efetiva e rápida.

Se formos analisar o documento, penso que aí podemos entrar em outro processo de análise das iniciativas apresentadas, da forma de redação, tenho que considerar que, em nossa Representação, o ponto 1 tem critérios em relação à redação em que está e que o apresentamos aqui em todos os debates durante um ano, então, realmente, parece-me que, com vistas a chegar a uma proposta efetiva e a uma contribuição real e rápida, a idéia que havíamos tratado no Comitê anterior me parece a mais conveniente. Obrigada.

PRESIDENTE. Agradeço à Representação de Cuba. Ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian) Senhor Presidente, tendo a concordar com Cuba, penso que estamos por aprovar o programa de atividades para 2009, nada impede evidentemente que algo possa ser acrescentado, mas penso que seria mais proveitoso e produtivo para a ALADI, a ALADI prestaria uma contribuição maior para todos nós, para a integração e para a região, se focalizasse um ou dois temas, e se pudéssemos trabalhar diretamente nisso, penso que a própria conjuntura internacional de hoje, com a situação financeira, demanda muito mais concentrar esforços em algo que tenha relação com a nossa integração financeira do que em outros temas.

Não estamos relegando a segundo plano os outros temas, estamos trabalhando em muitos dos temas propostos pela Secretaria-Geral e penso que agora, com duas reuniões até o final do ano, para finalizar os trabalhos, focalizarmos o documento não vamos chegar a entendimento sobre isso. Vamos trabalhar com mais calma nisso no próximo ano. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

O Embaixador Regis Arslanian diz que concorda com Cuba, e eu vou dizer que concordo com ele. Penso que esse é o caminho neste momento, inclusive concordo com que a ALADI possa convocar um evento, uma reunião no começo do próximo ano, para que possamos debater acerca deste tema que é realmente crucial para a região e que pertence à ALADI, é *made in ALADI*, é próprio da ALADI e então o momento é adequado para desenvolver.

Quero informar, finalmente, que recentemente realizou-se a Terceira Cúpula Extraordinária de países da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América, à qual Honduras agora também será incorporada, mas que estiveram quatro países daqui: a Bolívia, Cuba, o Equador e a Venezuela, e aí foi discutida e inclusive voltará a ser discutida esta necessidade de fazer uso deste Convênio, e também a possibilidade de explorar uma moeda única dos países do ALBA. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Fazendo uso das faculdades dadas a mim pelo Regulamento de dirigir o debate, entendo que temos duas opções: a apresentada pelo México, de aprovar o documento em seu conjunto, que obviamente daria lugar a um monte de debates, e a segunda alternativa, que me parece ser a mais prática, de indicar de imediato o tema relacionado ao Convênio de Créditos e Pagamentos Recíprocos, que me parece o mais eficiente porque, para ser franco, os demais temas estão -como indicaram algumas outras Representações - já sendo considerados no âmbito normal do tratamento.

Sobre isto me é dito que, no início de março, o Grupo de Financiamento ao Comércio, dirigido pelo Embaixador do Paraguai, está iniciando o tema de um Foro Virtual de Especialistas para o Financiamento ao Comércio, onde um dos temas a ser considerado é o vinculado com o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

Em síntese, se estivéssemos de acordo com esta postura descrita pela Presidência, sugeriríamos para a Comissão de Orçamento que fosse levado em consideração o proposto pela Secretaria relacionado com o tema do Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos, incluindo a possibilidade de realizar, além do foro virtual no início de março,

algum foro, etc. Outra coisa que deverá ser analisada é se o foro virtual que está previsto para o início de março possa talvez ser adiantado, em função da situação de emergência que obviamente estamos vivendo, e chegar ao meio de março com a idéia de fazer um acordo presencial, etc. Os Bancos Centrais deverão ser consultados, mas gostaria de saber se esta síntese responde adequadamente ao critério do Comitê.

Parece que isso foi aceito, de tal maneira que essa é a instrução de caráter geral, a Comissão de Orçamento incorporará ao Programa de Atividades todo o proposto pela Secretaria com referência ao Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Uma pergunta, Presidente, uma discussão exploratória sobre o uso de moedas locais não seria possível também? Caso haja interesse das Representações.

PRESIDENTE. Permito sugerir que isso seja derivado ao Grupo de Financiamento do Comércio, não que debatamos no Comitê, mas penso que podemos incorporá-lo como temática. Parece-me interessante, pelo menos para que os pontos de vistas sejam conhecidos, a possibilidade de fazer isto, parece-me que não é um tema de natureza técnica para tratar no Comitê.

Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Havendo consenso, não temos problema em tratar este tema no Grupo de Trabalho coordenado pelo Paraguai, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Obrigado, Presidente. Se quisessem retirar o parágrafo primeiro, isso poderia ser feito. Mas seria muito triste não aprovar o resto do documento, que teve uma entusiasta aprovação dos Chanceleres do Grupo do Rio em Zacatecas. Então estamos, outra vez, indo para trás.

Se o ponto 1 causa algum problema, é possível retirá-lo, mas há questões muito importantes, como a monitoração da crise, etc., que ficam uma vez mais em suspenso, então, obviamente, não vamos nos opor ao consenso, mas sim quero chamar a atenção para este fato, Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço à Representação do México, agradeço a reflexão. Voltando ao tema, não havendo outras observações, seguiríamos com o tratamento proposto e daríamos por aprovados, nos termos já descritos, o ponto 6.

7. Orçamento por Programas

- Sistema de ajuste das remunerações por custo de vida do país sede (ALADI/SEC/Proposta 289)
- Inclusão de adicionais na proposta de orçamento para o ano 2009 (Documento Informal 912/Rev. 1)

PRESIDENTE. No Orçamento por Programas há um primeiro ponto, peço à Presidência transitória da Comissão de Orçamento que informe sobre os documentos à consideração para tratamento do Comitê.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. No âmbito da Comissão de Orçamento por Programas, na consideração do Orçamento para o ano 2009, foi submetida à consideração das Representações uma proposta da Secretaria-Geral sobre um sistema de ajuste nas remunerações, denominada, segundo a nomenclatura da Associação, Proposta 289, e outro documento informal referente a uma série de adicionais que a Secretaria-Geral sugere que seja incluído também no Orçamento, um dos quais é o mesmo montante relativo ao ajuste das remunerações, o que seria seu impacto para o ano 2009, e outras questões referentes aos gastos de representação e aos subsídios por moradia das autoridades da Secretaria.

As Representações na Comissão de Orçamento entenderam necessário e conveniente que este tema fosse visto primeiro pelo Comitê, de modo a ter uma indicação política deste órgão, para assim entrar na consideração técnica destas duas propostas, e é por isso que está incluída na agenda da sessão de hoje, temos prevista uma reunião da Comissão amanhã de tarde.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Em conseqüência, ofereço a palavra à Secretaria-Geral para que formule as explicações que considerar oportunas sobre suas propostas a este Comitê.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Neste ano, a Secretaria apresentou um novo esquema de Orçamento por Programa, tendo em consideração que aquele com o qual vínhamos trabalhando tem mais de 20 anos, e tentamos modernizar. A Comissão de Orçamento não o entendeu assim, e resolveu que continuaria com o mesmo formato, e assim estamos fazendo.

A Secretaria quer agradecer especialmente ao senhor Ministro da Argentina, que vem presidindo a Comissão na ausência da Embaixadora da Colômbia, já que está fazendo isso com toda o profissionalismo que conhecemos, e penso que isso fará com que o Orçamento seja aprovado ainda em tempo este ano.

Ainda quando a Secretaria decidiu apresentar um Orçamento ajustado exatamente ao montante das contribuições dos países, este ano houve o aumento no custo de vida, então, ao apresentar o Orçamento, como o apresentamos, já estamos fazendo austeridade, senhores, isso é algo inegável, então consideramos que a melhor maneira de apresentar as outras Propostas que implicavam algum ajuste era fazê-lo por separado, para que o Comitê tivesse liberdade total de incluí-lo ou não.

A primeira delas se refere ao ajuste das remunerações dos funcionários, em cumprimento do assinalado na letra b) da Resolução 8 do Conselho de Ministros de 1980, que foram mandatos deste Comitê para apresentar à Comissão de Orçamento, e assim o

fizemos com uma separata, para que possam decidir livremente, e entendendo perfeitamente que em todos nossos países o orçamento já está encerrado, isto é, não há nenhuma condição de conseguir um aumento neste momento, ou seja, a opção que o Comitê teria, primeiro a Comissão de Orçamento e o Comitê eventualmente, é aprová-lo, imputar ao Fundo de Capital, se assim o decidir, e aplicá-lo por este ano e depois veríamos no ano que vem. Isso é o que se refere a dar cumprimento a uma decisão do ano 1980 que até o momento não foi implementada.

As demais adicionais são: a primeira, que foi longamente debatida, é a inclusão de dois cargos internacionais mais, e o fazemos porque entendemos que a cúpula, isto é, os dois Subsecretários aqui presentes e o Secretário-Geral, não devem contabilizar, e voltar ao sistema anterior em que havia doze nacionais mais os três, o que fazia com que a cúpula internacional fosse de 15 pessoas. Eu quero lembrar a todos os senhores o que todos nós sabemos muito bem, que este é um organismo internacional, e não podemos falar de um organismo internacional se o mesmo não tem certa representação internacional, e não quero abundar em mais detalhes.

O outro adicional se referia à necessidade de incrementar o item correspondente a aluguéis e gastos de representação da cúpula, e por que estamos fazendo isso, senhores? Simplesmente para que os senhores saibam qual é a realidade, nada mais, sabemos perfeitamente que não será aceito, que não há nem vontade, nem condições de fazê-lo.

Quero somente recordar-lhes que, por exemplo, o Secretário-Geral anterior era nacional uruguaio, portanto ele não gastava em aluguel, porque vivia em sua casa, e obviamente ele não cobrava, não recebia esse item. O Secretário-Geral anterior, que por sua vez foi anterior Subsecretário, tinha muitos anos vivendo neste país, e tinha casa própria, no entanto cobrava gastos de aluguel que eram de 1.300 dólares e hoje o Secretário-Geral recebe 1.000 dólares.

Os senhores sabem tão bem quanto eu como está o mercado imobiliário e, senhores, não é suficiente, nós estamos financiando neste momento – os três que estão aqui na frente – para a ALADI nossa permanência, por decisão própria, por quanto tempo faremos isso também será decisão nossa, mas eu não podia deixar de manifestar. E não quero trazer à Mesa, porque seria muito complicado e não é nosso objetivo a comparação com o que recebem os que trabalham em outros organismos internacionais, que estão acima da ALADI, mas não é esse tema, a Secretaria gostaria, e assim o fez, de deixar constância de um fato real.

A esse respeito, quero também assinalar que várias capitais manifestaram para mim que os salários de nossos funcionários internacionais, os tão comentados funcionários internacionais, estão fora de mercado e que deveria ser feito um ajuste porque, se não, quando fizermos os concursos, as pessoas que se apresentarem não terão condições realmente de ter uma vida como a que corresponde a um funcionário de caráter internacional. Então era isso o que eu gostaria de esclarecer para a Secretaria. Penso que tudo está dito, a Comissão tem o Orçamento à consideração, e esperemos que logo seja expedido.

PRESIDENTE. Foi dada a explicação do senhor Secretário-Geral, e também há a solicitação da Comissão de Orçamento que saia deste Comitê uma instrução política para a Comissão - coisa que me parece sumamente razoável. Então, frente à proposta do Secretário-Geral, frente às palavras do Secretário-Geral, necessitamos que este Comitê dê instruções à Comissão de Orçamento.

Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Marielena Ruiz Capote). Penso que parte deste debate também foi abordado em Assuntos em Pauta, tem muita relação.

Realmente, estamos em uma situação especial, e logicamente essa crise impacta os funcionários da Secretaria-Geral, impactou os orçamentos de todos e cada um de nós, mas tirando o que repercute para as categorias de países, na qual se inclui Cuba, essa proposta significaria um incremento de 10% de nossa contribuição.

Nosso país não está em condições - e penso que muitos estão na mesma circunstância - acabamos de passar, entre outras coisas, incluído logicamente os produtos da cesta básica que compramos, a preços que todos sabem, por três furacões que causaram 10 bilhões de dólares em perdas, uma importante porcentagem de nosso produto interno bruto do ano 2007, além de 20%, então realmente não estamos em condições de assumir um incremento nas contribuições nem desta magnitude, nem de outra.

Consideramos que realmente há um impacto nos salários, inclusive em outras linhas que são visíveis e não são as que temos hoje, o que haverá no próximo ano, mas acho que isto nos obriga a uma situação de emergência, de priorizar atividades, de priorizar o mesmo no sentido em que foi falado no ponto 1, de priorizar viagens, de determinar o que é o mais importante.

Talvez tivéssemos um programa de atividades muito amplo, mas, em bom cubano: "hay que apretarse el cinto", temos que selecionar a prioridade das atividades que podemos atacar com o orçamento, estou apresentando a posição de Cuba, com o orçamento que temos hoje, que todas estas variantes propostas sejam analisadas, mas dentro das margens do orçamento atual, que não implique um incremento das contribuições e também não afetar transitoriamente, porque isto tem que ser uma solução definitiva, o Fundo de Capital de Trabalho, porque tenho entendido que inclusive na análise inicial feita do Orçamento, já parte desse Fundo tem que ser utilizado para essas atividades prioritárias, se consumimos esse Fundo nisto, em 2010, vamos estar voltados à mesma situação, então vamos priorizar recursos para as atividades prioritárias da ALADI, essa é nossa posição, queria enfatizá-lo em razão do não incremento das contribuições por países. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Cuba. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, senhor Presidente. Estou totalmente de acordo com que discutamos todas estas questões levantadas pelo Secretário-Geral, estas propostas todas na Comissão de Orçamento, mas não temos tempo para aprovar o Orçamento de 2009, e penso que nossa obrigação, no meu caso é minha obrigação e responsabilidade alertar sobre as limitações que minha Delegação tem em relação à questão do Orçamento.

Alguns comentários somente: volto a dizer, já o dissemos na Comissão de Orçamento, o fato de que os recursos sejam tirados do Fundo de Capital para 2009 e que depois para 2010 "vejamos o que acontece", penso que não é assim, porque seria difícil fazer um aumento de salários para o ano de 2009 e depois ver o que acontece para 2010. Não será possível reduzir os salários nem será possível retirar os dois novos funcionários que foram contratados porque foram utilizados os recursos do Fundo de Capital, e depois em 2010 veríamos o que acontece.

Ou seja, em outras palavras, qualquer decisão que tomarmos agora, inclusive em relação ao uso do Fundo de Capital, será uma decisão definitiva, e isso terá impacto em nossas contribuições a partir de 2010. Minha Delegação, ao menos, não tem dúvida nenhuma sobre isso.

Um comentário geral: não penso que, a esta altura, estamos no mês de dezembro, já por aprovar o Orçamento, que tenha que propor a meu país, a meu Governo, algum aumento de contribuição para a ALADI. Eu não teria condições de propor isto agora, neste momento, nem sequer propor algum aumento que seja programático ou para 2010, a partir de algum uso de Fundo de Capital, penso que estamos em um momento delicado, de grandes incertezas da situação financeira internacional, a questão do dólar no Uruguai foi muito valorizado, quase 30% de valorização do dólar, ou seja, os salários e os gastos, o orçamento é feito em dólares, houve uma valorização do dólar muito grande, demos os bônus em maio, foram aprovados aqui mesmo para os salários, para os funcionários, penso que também não tenho como explicar a meu Governo que vamos aumentar a contribuição da ALADI ou fazer uso do Fundo de Capital para depois ter que aumentar, em um momento em que nem sequer temos resultados aqui. Temos que tentar demonstrar resultados substantivos em nossos trabalhos a partir do ano que vem, e aí sim, quando tivermos resultados, quando tivermos um programa de trabalho mais substantivo, quando tivermos o Conselho, a Conferência de Avaliação e Convergência, aí sim penso que teremos uma noção mais clara do que vamos trabalhar, o que vamos ter que fazer a partir de agora na ALADI, com relação à parte substantiva.

Somente queria uns dados, com relação a gastos de pessoal: a Secretaria tem 70% do orçamento comprometido, é muito, se vamos agora contratar outros dois funcionários, esse percentual subiria para 75%, está bem, temos que reservar recursos para gastos de pessoal, mas isso significa que somente sobram 25% para gastos com projetos substantivos, nossos programas, é uma questão que deveríamos ver com calma, a partir do próximo ano. O Brasil não está contra, pelo contrário, favoreceu desde o ano passado, desde o princípio, algum mecanismo permanente de aumento de salário, mas é uma questão que temos que ver com mais tranquilidade e mais detalhe, não é uma questão que possamos decidir agora, não sei se se diz em espanhol “ao apagar das luzes do ano”, terminando o ano. Penso que deveríamos concentrar isto a partir do princípio do próximo ano e ver como podemos fazer um mecanismo permanente de aumento de salário, um mecanismo permanente de benefícios que possam realmente remunerar melhor os funcionários da Secretaria, mas não é algo que possamos decidir agora, é minha opinião e posição de minha Delegação. Obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço, Delegação do Brasil. Quero dizer-lhes que estão anotados o Chile, a Venezuela e o Equador, em primeiro lugar. Em segundo lugar, todos sabem que, a partir das 12h30, tínhamos a Sessão Extraordinária para a despedida do Embaixador Marcelo Janko, e permito-me sugerir que, depois destas três intervenções, encerremos a sessão com o tratamento final deste ponto de Orçamento por Programas. Ficaria o último ponto, contratação de consultores, que eu havia proposto tratar, para amanhã ou para a próxima sessão do Comitê, como este Comitê resolver. Parece-me que, como é um só ponto, melhor o passarmos para a quarta-feira que vem e o incorporarmos à temática, não havendo observações de nenhuma Representação.

Em síntese, passaríamos o ponto 8 para a próxima sessão do Comitê, que seria na quarta, 10, em primeiro lugar; em segundo lugar, encerramos a lista de oradores com o Chile, a Venezuela e o Equador sobre o ponto 7. O Secretário-Geral solicita a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, somente para referir-me ao próximo ponto, como é um pedido da Venezuela que está pendente, e nós lhe respondemos, se há algum dado adicional que a Venezuela necessite com respeito a esta matéria, gostaria que nos fizesse chegar para poder dar também resposta na próxima exposição que vamos fazer. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, ofereço a palavra à Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Muito obrigado, Presidente. A minha Representação concorda com Cuba e Brasil, compartilhando o critério de que não se pode autorizar gastos permanentes com entradas transitórias, o Fundo somente pode ser utilizado para gastos que sejam dessa envergadura, isto é, que sejam transitórios, por exemplo, este pacote de atividades pontuais pela crise, mas não podemos nos comprometer com nenhum adicional que afete o orçamento se ainda não temos clareza de que nossos países podem aumentar as cotas. Como ainda não temos isso, não podemos avançar nessa linha.

O que sim eu gostaria de reconsiderar, porque é outra forma de fazer um uso mais eficiente deste Orçamento, é que há bastante itens que podem ser modificados em função do que nós consideramos prioritário, por exemplo, aqui há um item Assessores, há um item consultores, que muitas das propostas anteriores poderiam ser financiadas com esses itens, estamos considerando mesmo, funcionários internacionais que podem ser financiados tranquilamente com esses mesmos itens, também o recurso humano. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente. Muito brevemente, primeiro estou de acordo com os ajustes, sobretudo os ajustes referentes ao tema inflacionário, ao tema cambiário. Teria que ser analisado à luz da realidade de hoje, mas, por sua vez, estou absolutamente de acordo com as opiniões manifestadas pelas Representações, porque o pior seria aplicar uma filosofia que lá na Venezuela é muito comum, que diz que “vaya viniendo, vamos viendo”, penso que isso não é sério. O sério significa ajustar salários e garantir pagamentos fixos, o que requer um orçamento que corresponda com isso, e isso necessariamente pode ser elaborado por várias formas: uma é aumentando as cotas dos países, penso que isso é generalizado, mas igualmente, em nosso caso, teríamos que fazer as consultas respectivas, mas, por exemplo, o orçamento da Venezuela está comprometido para o ano que vem, em todo caso seria para o ano seguinte, eu não poderia aqui assumir nenhum compromisso de aumento de cotas.

Mas há outras formas também que teríamos que ver, e simplesmente, tendo em vista o tempo, digo que eu considerarei vários cenários quando foi abordada a discussão dos Assuntos em Pauta. Nós temos vários cenários, se nós continuamos aumentando pessoal e estamos de acordo com os ajustes, isso significa maior orçamento, penso que, em algum momento, e esta pode ser uma oportunidade, temos que abordar a discussão em termos da racionalização dos gastos da ALADI, que contempla tudo, as atividades e o pessoal, temos que chegar a isso, se não pode acontecer a nós o que aconteceu a muitos Estados de nossos países que foram crescendo, crescendo e chega um momento no qual financeiramente isso é insustentável. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. O Equador tem a palavra para encerrar a lista de oradores.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Obrigado, Presidente. Muito pouco, em princípio concordo com todas as opiniões anteriores, foram concordantes, neste momento, com o país que represento, nem estamos de acordo com que a cota ou os fundos sejam ampliados, e um elemento mais que quero pôr como exemplo, voltando à primeira conversa, mas isto não disse, é o tema de renovar ou não renovar, é um falso dilema porque estou de acordo com que não se renove os anteriores, mas isso não obriga que imediatamente esses postos devam ser renovados ou ocupados. Se há necessidade de consultores agora, não quer dizer que, neste instante, necessitemos deles, quando temos dezembro, janeiro e fevereiro, que são meses bastante mortos. Penso que se não se renova, tomando o primeiro exemplo, não obriga que outro seja nomeado já. São formas de poupar, não se renova, e em seu momento veremos em que momento preenchemos as vagas. Igualmente, se não houver um momento oportuno, não estamos obrigados a fazê-lo, se há um evento que será feito, mas não é o oportuno, deve ser posposto.

Penso que, de forma urgente, e muito antes da Reunião da Conferência de Avaliação e Convergência, temos que ter uma visão clara do peso administrativo no orçamento, que estamos inflando e dando menos serviços. Volto ao anterior e digo que é um falso dilema, agora me dou conta que está certo que não se renove, porque obrigava a que continuassem, mas ao não renovar não quer dizer imediatamente, senhor Secretário-Geral, que se deva nomear, recomendaria que o fizesse gradualmente, com base nas urgências que forem requeridas, preencher cargos vacantes. Isso queria dizer e concordo com todos as considerações dos países que me antecederam. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador, o Secretário-Geral quer fazer uso da palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Somente para dizer que eu também concordo com a maioria das expressões manifestadas aqui, mas gostaria de que compreendessem que a Secretaria-Geral, ao apresentar o Orçamento, tinha que apresentar as diversas alternativas, e entendeu que essa era a maneira de fazê-lo, sabe perfeitamente, e o disse ao começo, que em todos nossos países o orçamento já está encerrado e aprovado, ou seja, aqui estaríamos falando qualquer outra coisa para o Orçamento de 2010.

Por outro lado, os senhores bem manifestaram todas as necessidades, a necessidade da reforma, da reestruturação, da racionalização, quando escuto esta palavra fico encantado, apliquei-a em muitas dependências, na última delas reduzi 50% de gastos racionalizando a Instituição, espero poder fazer o mesmo, mas penso que isso será um pouco difícil, de todas maneiras, Presidente, muito obrigado, penso que a Comissão já tem os elementos para seguir adiante. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Digo que concordo com todas as intervenções.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Penso que, com todas as intervenções, fica claro que a Comissão de Orçamento terá que ver de que forma, com o atual Orçamento, conseguem o financiamento, buscando, em todo caso, reduzir gastos em alguns outros setores.

A Representação da Venezuela quer fazer uso da palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Como vamos discutir o outro tema, a contratação de consultores na próxima, para que a Secretaria-Geral pense

um pouco em como podemos reduzir os gastos também por esta via dos consultores. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Como último elemento, quero assinalar, pelo que manifestava a Representação do Equador, que não devemos perder eficiência em alguns setores que caracterizam a ALADI, por exemplo, entre os funcionários que estão sendo substituídos, há alguns que têm relação com a parte de certificações da ALADI, que é um tema que para todos nossos países é central e que é um buraco que não podemos deixar sem tapar em tempo oportuno, o mesmo acontece, por exemplo, com informática, se estamos tentando melhorar nossa presença e perdemos eficiência no tema informático, que é hoje uma ferramenta central, não me parece que seja uma boa síntese, digo isto para que seja levado em consideração, tanto pelo Secretário-Geral como pela Comissão de Orçamento.

Pediria que déssemos por encerrado este tema, sabemos que os pontos 8 e 9 passam para o próximo Comitê, com isto daríamos por concluída a sessão ordinária e começaríamos a sessão extraordinária.

Obrigado.
